



DABUCURY

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA AMAZÔNIA INDÍGENA

PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS

Realização



ANUÁRIO DA SAÚDE AMBIENTAL
ANUÁRIO DA SAÚDE AMBIENTAL
ANUÁRIO DA SAÚDE AMBIENTAL
ANUÁRIO DA SAÚDE AMBIENTAL

Apoio

FUNDO
AMAZONIA

Redação e Organização da publicação:

Antônio Marinho Piratapuya
Lorena Andrade
Lucas Santos Dias
Vinicius Benites Alves

Colaboração:

Carlos Eduardo Chaves
Patrícia Gordano
Rochele Fiorini
Tifane Araújo Baré

CESE:

Direção executiva:
Sônia Mota

Secretaria Geral:

Tamires Ventura

Coordenadora de Comunicação:

Patrícia Gordano

Coordenação de Projetos e Formação:

Antônio Dimas Galvão

Coordenador Administrativo- Financeiro:

Daniel Musse

Administrativo-Financeiro:

Darlan Oliveira
Kátia Castilho

Comunicação:

Antônio Marinho Piratapuya
Luana Luizy (até maio de 2025)
Lucas Santos Dias

Assessoria de Projetos e Formação:

Carlos Eduardo Chaves
Isabel Mordecin (até março de 2025)
Rochelle Fiorini
Tifane Araújo Baré
Vinicius Benites Alves

**COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (Coiab)****Coordenador Geral:**

Elcio Severino da Silva Manchineri

Vice-coordenador Geral:

Alcebias Mota Constantino Saporá

Coordenadora Tesoureira:

Dineva Kayabi

Coordenadora Secretária:

Marciely Ayap Tupari

Vice-coordenador Secretário:

Sergio Marworno

Projeto gráfico:

Kath Xapi Puri

Diagramação:

Kath Xapi Puri e Luan Medina

Ilustrações:

Wanessa Ribeiro e Chama 7 Design

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dabucury gestão territorial e ambiental na Amazônia
indígena : primeiras experiências / ilustração
Wanessa Ribeiro. -- Salvador, BA : Soffia 10
Assessoria Socioculturais e Educacionais ;
Salvador : Coordenadoria Ecumênica de Serviço -
CESE, 2025.

Vários organizadores.
ISBN 978-65-85847-20-9

1. Amazônia - Aspectos ambientais 2. Amazônia -
Aspectos políticos 3. Amazônia - Aspectos sociais
4. Antropologia - Amazônia 5. Povos indígenas -
Amazônia 6. Território 7. Sociologia - Brasil
I. Ribeiro, Wanessa.

25-310120.0

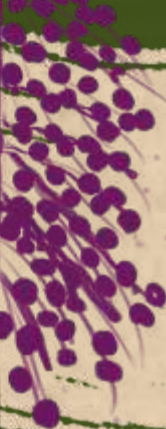
CDD-306.089981

Índices para catálogo sistemático:

1. Povos indígenas : Brasil : Sociologia 306.089981

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

Esta publicação faz parte do projeto Dabucury: Gestão Territorial e Ambiental na Amazônia Indígena, uma parceria da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), com apoio do Fundo Amazônia/ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



SUMÁRIO

A CAMINHADA PELA LUTA POR DIREITOS E TERRITÓRIOS.....	3
A Cese	4
A Coiab.....	5
O Projeto Dabucury.....	6
CAMINHOS PARA PROTEGER NOSSOS TERRITÓRIOS.....	13
Formações e Seminários - Conectando saberes e redes.....	15
Oficina de elaboração e gestão de projetos Dabucury.....	15
TERRITÓRIOS PROTEGIDOS, CAMINHOS CONSTRUÍDOS	19
Projetos Apoiados no 1º edital	19
JUVENTUDE INDÍGENA: COMUNICAÇÃO QUE PROTEGE	103
Guia e web série de gestão de projetos	106
Oficinas de comunicação	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
LISTA DE SIGNIFICADOS.....	111



A CAMINHADA PELA LUTA POR DIREITOS E TERRITÓRIOS



Olá, parentes e parentas!

Este material marca um momento especial: a organização das primeiras experiências do Projeto Dabucury, uma iniciativa realizada em parceria entre a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), com financiamento do Fundo Amazônia/BNDES.

Ele foi preparado para registrar e compartilhar as experiências do primeiro ano do Dabucury, os aprendizados e conquistas das lideranças e organizações indígenas da Amazônia Legal que constroem este caminho junto conosco.

Aqui vocês vão encontrar um retrato de como o projeto está organizado, como as ações se desenvolveram nos territórios e quais resultados foram alcançados coletivamente até setembro de 2025. Ao longo dessa caminhada, acumulamos muitas lições. Sistematizar essas vivências é um jeito de transformar memória em aprendizado, e aprendizado em ferramenta para seguir avançando.

O Projeto Dabucury tem inspiração no “dabucuri”. Um conjunto de práticas culturais de povos indígenas do Alto do Rio Negro que tem como base a partilha e a solidariedade entre as comunidades e dentro delas.

Que esta publicação inspire e fortaleça nossas organizações, ajudando-as a se manterem firmes diante dos desafios e cada vez mais preparadas para conquistar novos horizontes.

CESE, Coiab e Fundo Amazônia/BNDES seguem lado a lado com vocês nessa trajetória.

Você pode conferir bastante dessa trajetória no nosso website www.dabucury.org.br e nas redes sociais da CESE e Coiab.



DABUCURY.ORG.BR



@CESEDIREITOS



@COIABAMAZONIA

Quem somos?

A CESE

Desde 1973, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE, atua na promoção, defesa e garantia de direitos em todo o país. É uma organização ecumênica composta por seis igrejas cristãs, fundada em 1973 para ser uma expressão do compromisso ecumênico em defesa dos direitos humanos.

A instituição trabalha para *fortalecer movimentos sociais, movimento ecumênico e inter-religioso, grupos populares e outras organizações, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas, sociais e ambientais que conduzam a estruturas em que prevaleça democracia com justiça na perspectiva dos direitos humanos e da integridade da casa comum.*

Desde sua fundação, a CESE definiu que o apoio a pequenos projetos seria uma das principais estratégias de ação da instituição para o cumprimento de sua missão. Assim, por intermédio do Programa de Pequenos Projetos (PPP), propõe-se a fortalecer as lutas populares, estimulando e apoiando projetos em todo o Brasil, expressando o reconhecimento da capacidade das organizações em manejar diretamente os recursos em suas iniciativas para a defesa de direitos.

A CESE atua em todo o Brasil com prioridade para as regiões: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS CESE

14.529
projetos apoiados de 1973 a 2024

10.298.872
beneficiários(as)



Nos últimos anos, tem intensificado suas ações na Amazônia Brasileira, apoiando populações indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, povos da

floresta, agricultores/as familiares, pescadores/as artesanais e atingidos/as por grandes projetos.

A Coiab

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - Coiab, fundada no dia 19 de abril de 1989, é a maior organização indígena regional do Brasil, que surgiu por iniciativa de lideranças de organizações indígenas existentes na época, como resultado do processo de luta política dos povos indígenas pelo reconhecimento e exercício de seus direitos, em um cenário de transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil após a Constituição Federal de 1988.

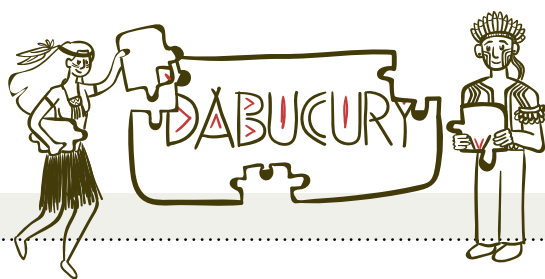
A Coiab tem a missão de defender os direitos dos povos indígenas à terra, saúde, educação, cultura e sustentabilidade, considerando a diversidade de povos, e visando sua autonomia através de articulação política e fortalecimento das organizações indígenas. A organização atua em nove estados da Amazônia Brasileira e está articulada com uma rede composta por associações locais, federações regionais, organizações de mulheres, professores, estudantes indígenas, espalhadas nos 9 estados amazônicos, subdividida em 64 regiões de base.



A Coiab também integra outras redes de organizações indígenas nos âmbitos nacional e internacional. Compõe a base da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib, criada no Acampamento Terra Livre (ATL) de 2005, em Brasília. Busca, em conjunto com organizações indígenas de diversas regiões do país, a unificação da articulação política e da organização do movimento para a luta pela garantia dos direitos e das políticas públicas para os povos indígenas. Está vinculada à Coordenação das

Organizações Indígenas da Bacia Amazônica – Coica, uma das maiores organizações indígenas do mundo. Criada em 1984 na cidade de Lima, no Peru. Busca orientar os povos e organizações indígenas dos nove países da bacia amazônica a somar esforços na promoção, proteção e segurança dos territórios indígenas, por meio da defesa de suas formas de vida, princípios e valores espirituais e culturais.

O Projeto Dabucury



Frente às ameaças de desmatamento e degradação ambiental nas terras indígenas, causadas pelo avanço do agronegócio, da mineração e de grandes empreendimentos, nasce o projeto Dabucury – Compartilhando Experiências e Fortalecendo a Gestão Etnoambiental das Terras Indígenas da Amazônia Brasileira (2024-2028). A iniciativa é da CESE e da Coiab, com apoio do Fundo Amazônia/BNDES, e busca apoiar projetos de gestão territorial e ambiental indígena, fortalecendo a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

O Dabucury apoia projetos por meio de editais, capacitações e suporte técnico, contribuindo para a consolidação das Terras Indígenas da Amazônia Legal e para o

fortalecimento das organizações locais. O objetivo é garantir a proteção dos direitos indígenas, o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida, bem-estar, reprodução cultural e autodeterminação dos povos.

O projeto também fortalece a organização social e produtiva, a governança e as estratégias de vida baseadas no bem viver, com foco na manutenção da floresta em pé, no enfrentamento das mudanças climáticas e no protagonismo indígena.

O projeto se insere no componente “Ordenamento Territorial e Fundiário” do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, contribuindo para o efeito direto “Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada” em decorrência do

apoio a projetos de organizações indígenas voltados para a implementação da PNGATI, do suporte técnico às organizações indígenas executoras dos projetos e de ações de formação e desenvolvimento de capacidades em gestão, prestação de contas, comunicação, e outros temas de interesse das comunidades envolvidas com os projetos apoiados nos editais.

SAIBA MAIS



FUNDOMAZONIA.GOV.BR



O DABUCURY ESTÁ ESTRUTURADO EM QUATRO COMPONENTES:

1. APOIO A PROJETOS:

EDITAIS:

O Dabucury prevê o lançamento de dois editais para apoio de até 60 projetos, com categorias que se dividem entre:



Categoria **URUCUM**

Para esta categoria, são apoiadas ações de implementação recomendadas nos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em Terras Indígenas que já possuem este instrumento de gestão.

A implementação dos PGTAs prevê a implementação de ao menos um dos seguintes eixos temáticos da PNGATI: I) Proteção territorial e dos recursos naturais; II) Governança e participação indígena; IV) Prevenção e recuperação de danos ambientais; V) Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; VII) Capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.



Categoria **JENIPAPÓ**

Essa categoria prevê o apoio às ações de elaboração, conclusão ou atualização dos instrumentos de gestão territorial e ambiental: a) Elaboração de Instrumentos de Gestão, em suas etapas de: Sensibilização e Mobilização; Diagnóstico; e Planejamento; e/ou b) Conclusão de fases e etapas pendentes dos instrumentos já iniciados; e/ou c) Atualização dos instrumentos já existentes.



COMITÊ GESTOR

O Comitê Gestor (CG) é composto pela CESE, Coiab, Apib, Fundo Podáali e especialistas de notório saber. Cabe ao Comitê Gestor a definição de estratégia para os diversos temas ligados à gestão ambiental territorial indígena e seus impactos nos diferentes estados.

Atribuições:

- Definir a abordagem, temas prioritários e categorias de apoio em cada edital de acordo com o projeto e as regras contratuais do Fundo Amazônia;
- Aprovar critérios de elegibilidade e seleção das Cartas Consultas (pré-projeto)
- Indicar pareceristas (indígenas ou não) para compor a Câmara Técnica (CT), que tem como objetivo a avaliação das Cartas Consultas enviadas pelas organizações indígenas.
- Aprovar as Cartas Consultas a partir do parecer da Câmara Técnica
- Acompanhar a execução do mecanismo financeiro e apreciar a avaliação de resultados a partir de relatório anual;
- Apoiar a divulgação da proposta dentro e fora das Terras Indígenas.

Composição do Comitê Gestor:

CESE

Titular: Antônio Dimas Galvão | Vinícius Benites Alves

Suplente: Rochelle Fiorini | Tifane Araújo | Isabel Modercin (até março de 2025)

COIAB

Titular: Toya Manchineri- Elcio Severino da Silva Manchineri

Suplente: Maria das Graças Costa Silva

APIB

Titular: Kleber Karipuna (até agosto de 2025), Vanis Karajá (Vanicleisson Dias Karajá Amorim)

Suplente: Dinamam Tuxá (até agosto de 2025), Gilmara Terena (Gilmara Martins Marcos Galache)

PODÁALI

Titular: Valéria Paye Pereira

Suplente: Rose Meire Barbosa Côrrea

Notório Saber

Titular: Mara Vanessa Fonseca Dutra | Henyo Barreto Trindade Filho

Suplente: João Paulo Lima Barreto | Cássio Noronha Inglês de Sousa

Reunião de Seleção e Avaliação das Consultas do 1º edital pelo CG -agosto de 2024



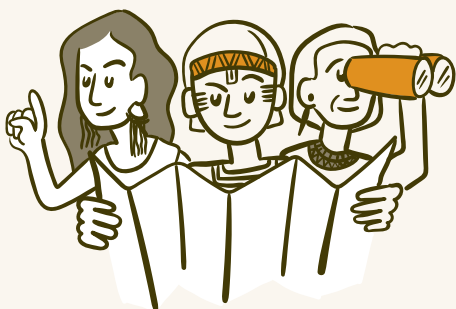
2. REDE DE PARCERIAS



A Rede de Parcerias é um mecanismo estratégico de suporte às organizações indígenas, voltado para a qualidade e sustentabilidade dos projetos. Atua com assessoria técnica, gerencial e jurídica, apoiando a gestão administrativa e financeira, além do acompanhamento de iniciativas produtivas e de manejo territorial.

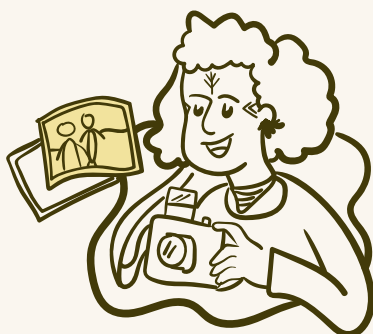
Sua atuação ocorre por meio de consultorias distribuídas nos nove estados da Amazônia Legal, combinando atendimento programado com resposta a demandas emergenciais. Além de serviços contínuos, oferece soluções rápidas em situações críticas, reduzindo riscos que comprometam os projetos. Também adota mecanismos de monitoramento da qualidade, padronizando práticas de gestão e fortalecendo a governança.

Integrada à execução do projeto, a Rede amplia a capacidade operacional da CESE em campo, fortalecendo a autonomia das organizações indígenas, qualificando sua gestão e difundindo boas práticas. Com isso, contribui para reduzir riscos, aumentar a eficiência e consolidar processos de autodeterminação e etnodesenvolvimento, garantindo resultados consistentes e sustentáveis no longo prazo.



3. FORMAÇÃO

As ações de formação e desenvolvimento de capacidades incluem oficinas para detalhamento dos projetos e treinamento em gestão e prestação de contas; formações transversais em elaboração e gestão de projetos, equidade de gênero e comunicação; seminários em temas de interesse das comunidades envolvidas nos projetos e intercâmbios para compartilhamento de experiências.



4. COMUNICAÇÃO

O componente de Comunicação Estratégica visa ampliar a difusão das boas práticas de gestão ambiental e territorial indígena. Além de envolver a capacitação da Rede de

Comunicadores/as Indígenas da Coiab, para produção de materiais de divulgação e assessoria de comunicação digital.

Rede de Comunicadores(as) Indígenas da Coiab

A Rede de Comunicadores/as Indígenas da Coiab é a concretização de uma estratégia central da Comunicação da organização para fortalecer as narrativas do movimento indígena da Amazônia. Ela reúne jovens de diferentes territórios da região. A proposta é promover a construção de novas lideranças com novas ferramentas, através da comunicação.

A constituição da Rede proporciona:

- O fortalecimento das comunicações das organizações de base da Coiab;
- A amplificação de denúncias sobre os impactos, invasões, racismo, desmandos e desmontes das políticas públicas ambientais e indígenas;
- Maior acesso à informação para a defesa dos direitos indígenas.

No Dabucury, o fortalecimento da Rede de Comunicadores Indígenas se dá por meio do fortalecimento das habilidades e técnicas, com ações formativas direcionadas aos comunicadores e comunicadoras das bases de atuação da Coiab.



Coordenador da Coiab, Alcebias Sapará, destaca:



"Estamos atualizando cada vez mais a comunicação como ponto focal dentro dos territórios. Os jovens devem se aprimorar conforme seu território para se comunicar de forma cada vez mais específica e efetiva."

Primeira Oficina Presencial da Rede de Comunicadores COIAB, Brasília, 2024





Lançamento do Projeto e Edital Dabucury, Brasília, 2024

CAMINHOS PARA PROTEGER NOSSOS TERRITÓRIOS

Desde o início do projeto, passando pelo lançamento na Tenda da Coiab no Acampamento Terra Livre em 2024, até a aprovação das primeiras Cartas Consultas e em diante, foram desenvolvidas diversas atividades contemplando os quatro componentes previstos no Projeto Dabucury. A seguir, você pode conferir algumas dessas ações.

Lançando o Dabucury na Amazônia Indígena

Durante o Acampamento Terra Livre (ATL) de 2024 em Brasília, a COIAB e a CESE lançaram o Projeto Dabucury e o primeiro Edital. O encontro ocorreu na tenda da COIAB e reuniu lideranças indígenas dos nove estados da Amazônia, parceiros e apoiadores. Parte da equipe do Fundo Amazônia esteve presente nesse momento importante de articulação política. O lançamento representou um momento importante para a consolidação da PNGATI, reforçando o protagonismo indígena na proteção dos territórios e na preservação da vida.

“Nós estamos muito felizes por anunciar o primeiro edital do projeto da Dabucury, apoiado por recursos do Fundo Amazônia. Esse projeto é extremamente importante, atualmente 23% da Amazônia são de áreas indígenas e dentro dessas áreas, 2% representam o desmatamento. Então, os povos indígenas são realmente os defensores da floresta”

Fernanda Garavini, chefe do Departamento de Gestão - Fundo Amazônia

Vinicius Benites Alves. “A partir de agora com o edital lançado, a expectativa é pelas inscrições das cartas consultas nas próximas semanas e no período de maio, nós vamos dialogar com as organizações da rede da Coiab para realização de oficinas virtuais de divulgação do edital”.

Vinicius Benites Alves, assessor de Projetos e Formação da CESE

“Será um projeto que vai chegar diretamente nos territórios e vai fortalecer nossos projetos de vida, algo que a gente vinha lutando há muito tempo para que nossas comunidades pudessem acessar diretamente os recursos. Gostaria de dividir esse momento importante com a coordenação passada da Coiab, Nara Baré e Angela Kaxuyana, que começaram a construir esse projeto com a CESE há seis, sete anos atrás”

Toya Manchineri, coordenador-geral da Coiab

Entrega do kit para a rede de comunicadores da Coiab (esquerda) e Dança do ritual Dabucury (Lançamento do Projeto e do Edital no ATL 2024, Brasília)





Formações e Seminários - Conectando saberes e redes

OFICINA DE ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS DABUCURY

Entre 25 e 29 de novembro de 2024, em Manaus (AM), ocorreu a Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos Dabucury, reunindo 25 organizações indígenas selecionadas no edital, nas categorias Jenipapo e Urucum. O encontro teve como objetivo revisar e consolidar projetos, além de oferecer orientações sobre gestão de recursos e execução dos PGTA's.

As organizações compartilharam experiências, dificuldades de execução e de prestação de contas, fortalecendo o intercâmbio entre diferentes realidades. Os projetos aprovados contemplaram atividades como produção de castanha, manejo de viveiros, formação de brigadas, monitoramento territorial, fortalecimento do artesanato e agricultura familiar, reafirmando a importância da autonomia indígena na gestão de recursos e na implementação da PNGATI.

O 1º edital recebeu 74 propostas, das quais 55 foram habilitadas e 28 selecionadas. Os projetos, com duração de 18 a 24 meses e valores entre R\$200 mil e R\$400 mil, abrangem 44 Terras Indígenas, totalizando 40 milhões de hectares de floresta.

SAIBA MAIS





“É uma experiência para nós, nessa expectativa de elaborarmos o nosso Plano de Gestão Territorial e Ambiental, do povo Mura. Sempre fizemos a gestão do nosso território, mas agora queremos registrar, documentar e criar as regras e acordos de uso. Os acordos que vamos estabelecer são nossos, de quem vive aqui, para garantir a nossa existência”, afirmou Jandeisoln Maciel Cabral, representante da OLIMCV - Organização de Lideranças Indígenas Mura de Careiro da Várzea

“Temos bote, voadeira e equipamentos para realizar o nosso trabalho. Quando escrevemos o nosso projeto no Dabucury, na categoria Urucum, pensamos muito nos jovens e na educação, principalmente na nossa língua. Queremos lançar um livro publicado na nossa língua porque temos perdido um pouco da nossa cultura”, comentou Belmira da Silva Melgueiro, da AMIARN – Associação de Mulheres Indígenas da Região do Alto Rio Negro.

Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos Dabucury, Manaus, 2024.



Na programação da Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos, ocorreu o Seminário sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), que discutiu avanços, desafios e estratégias de implementação na Amazônia indígena. O encontro reuniu representantes de 26 organizações indígenas e parceiros.

SAIBA MAIS



Foram apresentados o histórico da PNGATI e os principais entraves para sua efetivação, como a necessidade de recursos e de maior incidência política. A mesa de debates contou com Toya Manchineri (Coiab), Auricélia Arapiun (Coiab/Comitê Gestor PNGATI) e Vinicius Benites Alves (CESE), além da participação de Joênia Wapichana, presidenta da FUNAI. Representantes de diferentes povos compartilharam experiências ligadas à elaboração de Instrumentos de Gestão Territorial e Ambiental (IGATIs) e à implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs).



“Comunidade que não tem PGTA e quer PGTA busquem a implementação. Vamos sentar junto à COIAB e CESE. O papel da FUNAI é fazer a demarcação das terras, buscar fazer a gestão territorial e ambiental. Então, é nessa linha que temos que estar em parceria com os povos indígenas”, declarou Joênia Wapichana, Presidenta da FUNAI.





Já em 2025, novas formações virtuais aprofundaram temas específicos. A Oficina Virtual de Tira-Dúvidas sobre o Contrato apresentou a minuta padrão que seria firmada entre CESE e organizações indígenas, permitindo que fossem discutidas cláusulas e responsabilidades.

A Oficina Virtual de Boas Práticas de Gestão apresentou o Guia de Gestão de Projetos, material de referência preparado pela CESE e distribuído em formato físico e digital, com orientações para o cotidiano das organizações. Em seguida, a Oficina Virtual de Comunicação Estratégica incentivou as organizações a dar maior visibilidade às ações em seus territórios e discutiu orientações sobre o uso adequado das marcas da CESE, COIAB e Fundo Amazônia.

Entrega do Guia de Gestão de Projetos ao Cacique Raoni no ATL 2025, Brasília



TERRITÓRIOS PROTEGIDOS, CAMINHOS CONSTRUÍDOS

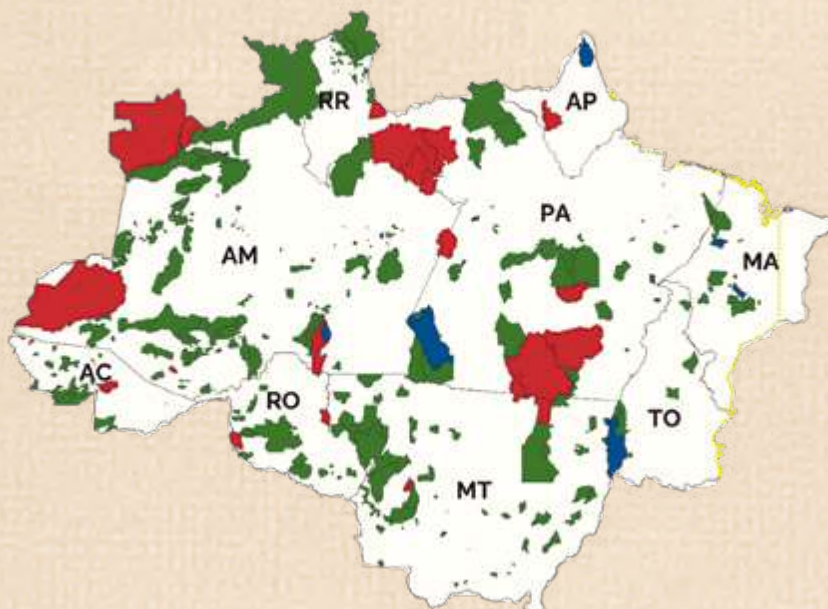
Projetos Apoiados no 1º edital

Foram recebidas 74 Cartas Consultas dos 09 estados da Amazônia Legal; sendo 55 propostas para a Categoria Urucum e 19 propostas para a categoria Jenipapo. Deste total, foram selecionadas 28 Cartas Consultas pelo Comitê Gestor (CG) do Dabucury e Fundo Amazônia com base nos critérios pré-definidos no edital.

Os projetos foram distribuídos em duas categorias:

- **Urucum:** até 15 projetos, valores entre R\$350 e R\$400 mil, execução em 24 meses, foco na implementação de PGTA's.
- **Jenipapo:** até 15 projetos, valores entre R\$200 e R\$250 mil, execução em 18 meses, foco na elaboração, conclusão e atualização de instrumentos de gestão ambiental/IGATIs..

CONFIRA A LISTA DOS
PROJETOS SELECIONADOS
NO EDITAL DABUCURY



As 28 iniciativas selecionadas contemplam todos os 9 estados da Amazônia Legal. Com equilíbrio na distribuição geográfica e critérios cuidadosamente analisados pelo Comitê Gestor (CG) e pelo Fundo Amazônia.

ACRE



URUCUM

AGROFLORESTA E TERRITÓRIO PROTEGIDO COM A FORÇA DOS AAFIS



 **Organização:** Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC)

 **Localização:** Terra Indígena Alto Rio Purus, municípios de Santa Rosa e Manoel Urbano (AC); Terra Indígena Kaxinawa do Seringal Curralinho, município de Feijó (AC); e Terra Indígena Poyanawa, municípios de Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul (AC).

 **Valor do projeto:** R\$ 395.180,00

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 125 pessoas, sendo 30 mulheres e 95 homens. Do total, 20 são jovens.

 **Rede de Parcerias:** Rede de Parcerias: Pró-Indígenas do Acre - CPI-AC

Histórico:

A Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) foi fundada em 2002 como resultado da formação, fortalecimento e mobilização dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs), uma categoria criada em 1996 com o apoio da Comissão Pró-Indígenas

do Acre (CPI-Acre). A entidade, que atua em diversas TIs do Acre, tem sido responsável por viabilizar projetos voltados à implementação de sistemas agroflorestais, gestão territorial e defesa dos direitos indígenas.

A TI Alto Rio Purus, considerada a segunda maior terra indígena do estado do Acre, e a TI Poyanawa já foram homologadas. A TI Kaxinawá do Seringal Curralinho, por sua vez, ainda se encontra em estudo. Em comum, um dos desafios centrais desses territórios é o enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas, como a existência de períodos de seca e alagamentos extremos no Acre — um cenário nunca antes vivido. Além disso, o desmatamento, invasões, extração de madeira e a presença do crime organizado, que tem aliciado a juventude, são ameaças constantes que geram insegurança para as comunidades.



Objetivos:

- Melhorar a segurança alimentar das comunidades envolvidas por meio da recuperação de áreas desmatadas e da ampliação, enriquecimento e manutenção dos Sistemas Agroflorestais (SAF) e quintais agroflorestais;
- Ampliar a proteção e defesa das Terras Indígenas por meio do monitoramento territorial comunitário como mecanismo de diminuição das ameaças às TIs e de permanência do direito à terra.

Principais ações:

- Duas viagens de assessoria técnica em cada uma das TIs envolvendo seis consultores dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) para tratar de temas ligados à segurança alimentar, proteção territorial, situação do entorno e fortalecimento das mulheres e jovens;
- Três excursões de vigilância/monitoramento territorial comunitário;
- Intercâmbio sobre gestão territorial e ambiental, agrofloresta e mudanças climáticas.



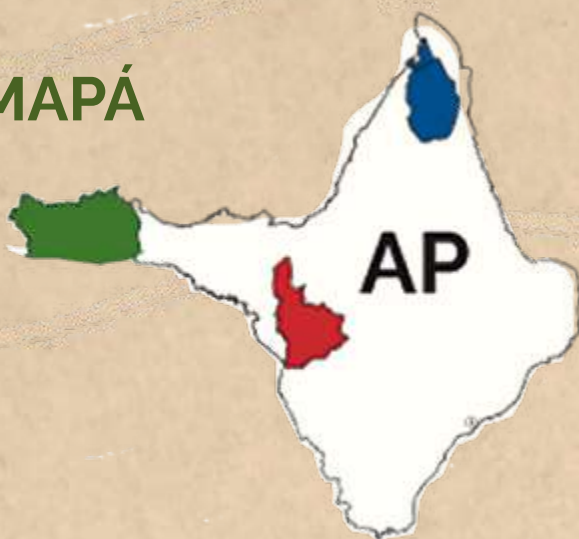
Depoimento:

"O apoio do Projeto Dabucury é importante para a implementação do trabalho dos agentes agroflorestais e para o fortalecimento da agricultura familiar em nossas comunidades. Neste momento contempla apenas três dos trinta e quatro territórios, mas representa um passo importante para o planejamento de futuras ações em outras comunidades, com foco na segurança alimentar, na preservação e conservação dos territórios, bem como na valorização da nossa cultura. O nosso projeto envolve mulheres, homens, crianças, alunos e professores, fortalecendo a identidade cultural, apoiando a produção de alimentos e, ao mesmo tempo, promovendo o cuidado com a floresta".

José Marcodes Rosa
Coordenador da AMAAIAC



AMAPÁ



-  TIs Amazônia Legal
-  Categoria Urucum
-  Categoria Jenipapo

URUCUM

AÇÕES DE GOVERNANÇA E FORTALECIMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DE TERRA INDÍGENA WAJÃPI (PGSATIW)

 **Organização:** Associação Wajãpi Terra Ambiente e Cultura (Awatac)

 **Localização:** Terra indígena Wajãpi, municípios de Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Mazagão (AP)

 **Valor do projeto:** R\$ 400.000,00

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 490 pessoas, sendo 190 mulheres e 300 homens. Do total, 100 são jovens.

 **Rede de Parcerias:** Instituto de Pesquisa e Formação Indígena - IEPÉ



Histórico:

A Associação Wajãpi Terra Ambiente e Cultura (Awatac) foi criada em 2010 por 12 membros de diferentes regiões da Terra Indígena Wajãpi (TIW) a pedido dos chefes e representantes das aldeias que compõem o Conselho das Aldeias Wajãpi - Apina. Funciona como um braço administrativo deste Conselho, recebendo e gerindo recursos coletivos em benefício das comunidades da TIW. Ao longo dos anos, o quadro de associados foi aumentando e hoje a Awatac conta com 74 membros de todas as regiões e subgrupos da TIW.





As principais atividades da entidade são a gestão de projetos e de dois fundos próprios para apoiar a comercialização de produtos sustentáveis das comunidades da TIW (Fundo de Artesanato Wajãpi e Fundo Agroextrativista Wajãpi). Além disso, o grupo também gerencia recursos provenientes de contratos para uso autorizado de imagens dos Wajãpi e da arte gráfica Kusiwa, reconhecida como patrimônio imaterial pelo Iphan e pela Unesco.

A TI Wajãpi foi homologada em 1996 com pouco mais de 607.000 hectares. Está situada entre os municípios de Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Mazagão (AP) e integra o Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia Oriental. No entanto, as famílias indígenas têm denunciado a exploração ilegal de madeira e um garimpo nessa região, além de serem ameaçadas pelo aumento da ocupação de não-indígenas próximo ao limite do território.

Objetivos:

- Fortalecer a implementação do Plano de Gestão Socioambiental de Terra Indígena Wajãpi (PGSATIW) para cumprir os acordos coletivos dos Wajãpi e, principalmente, organizar as ações anuais de vigilância e monitoramento do território;
- Manter a governança e fortalecer a implementação do PGSATIW para que as comunidades pratiquem os seus jeitos de viver e ocupar a terra, buscando qualidade de vida e valorização da cultura tradicional Wajãpi.

Principais ações:

- Dois ciclos de reuniões de articulação externa para o acompanhamento de políticas públicas de temas do PGSATIW e defesa de direitos territoriais;
- Reuniões regionais nas aldeias para preparação anual da Assembleia Geral Ordinária do Conselho das Aldeias Wajãpi - Apina;
- Assembleia Geral Ordinária anual do Conselho das Aldeias Wajãpi - Apina;



- Ações de vigilância e monitoramento territorial e aquisição de equipamentos comunitários para essas expedições nos limites da TI;
- Oficina dos Agentes Socioambientais (ASA) para planejamento do calendário de atividades do PGSATIW;
- Oficina do Conselho Deliberativo Menor do Apina para planejamento das etapas de revisão dos indicadores e metas do PGSATIW.



Depoimento:

“O projeto Dabucury nos fez valorizar mais a nossa história, a cultura e a tradição. Ele também fortaleceu a união do povo Wajãpi, que tem cinco subgrupos com sotaques diferentes. O projeto nos dá mais força para lutar pelo nosso direito de fazer mobilização territorial e ocupação dos limites da Terra Indígena Wajãpi. Costumamos ter mais de duas aldeias, e o projeto ajudou muito quem mora nos limites, inclusive com equipamentos que conseguimos através dele, beneficiando a comunidade. Estamos muito felizes e satisfeitos com este apoio que estamos executando no nosso território. O que o projeto vai deixar para a comunidade é o aprendizado e o fortalecimento da nossa organização. Além disso, mostra que a nossa luta tem valor e que podemos continuar defendendo nosso direito com mais coragem e união. Ele também ajuda a formar novas lideranças que continuarão o trabalho no futuro, defendendo nosso território, que é a nossa mãe, a nossa terra”.

Makreitô Wajãpi

1º Suplente da Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura (AWATAC)



MAIUHI: ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE VIDA DE PGTA DOS POVOS INDÍGENAS DE OIAPOQUE



Organização: Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque/CCPIO, Associação de Mulheres em Mutirão/AMIM

Localização: Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã, município de Oiapoque (AP)

Valor do projeto: R\$ 249.996,00

Beneficiários: O projeto beneficia 500 pessoas, sendo 250 mulheres e 250 homens. Do total, 100 são jovens.

Rede de Parcerias: Instituto de Pesquisa e Formação Indígena - IEPÉ

Histórico:

O Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque (CCPIO), instância de representação política das 66 aldeias das Terras Indígenas de Oiapoque, no norte do Amapá, surgiu em 2007. No entanto, as assembleias das comunidades indígenas de Oiapoque ocorrem desde 1976, quando foi realizada a 1ª Assembleia dos Chefes e Representantes dos Povos Indígenas da região. Entre as conquistas obtidas ao longo dos anos, destacam-se a demarcação e homologação das três TIs de Oiapoque, a criação do Curso de Formação de Professores Indígenas, concursos públicos específicos para professores indígenas e o estabelecimento do Museu Kuahi.

É no município de Oiapoque que se encontram as TIs Uaçá, Juminã e Galibi, que juntas somam 518.545 hectares. Nelas habitam mais de oito mil indígenas das etnias Karipuna, Palikur, Galibi Marworno e Galibi Kali'na, o que, de acordo com o IBGE (2022), representa 71% da população indígena do Amapá. Localizadas na fronteira com a Guiana Francesa, essas terras enfrentam ameaças constantes, incluindo invasões de garimpeiros, madeireiros, pescadores, além de tráfico humano e animal. Diante dessas adversidades, a luta e a organização dos povos indígenas têm sido essenciais para a proteção e gestão de suas terras.



Objetivos:

- Revisão e atualização do Plano de Vida e do Programa de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) das Terras Indígenas do Oiapoque;
- Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI);
- Fortalecimento do CCPIO junto às bases e ampliação da participação indígena nas tomadas de decisão.

Principais ações:

- Reunião de reativação do Núcleo Técnico do PGTA de Oiapoque;
- Reunião de validação do Plano de Trabalho e avaliação do Plano de Vida e PGTA;
- Oficinas nas cinco regiões das TIs do Oiapoque para diagnosticar os problemas atuais, definir estratégias coletivas de enfrentamento e adaptação, discutir as áreas e usos do território e delinear as atribuições do poder público e das comunidades para a gestão socioambiental das TIs;
- Reunião de validação do Plano de Vida e PGTA com todos os membros do CCPIO para leitura conjunta, validação ou continuidade da construção do Plano de Vida e PGTA.



Depoimento:

"Este projeto é importante para a sobrevivência e o futuro dos nossos povos. Com o apoio do Dabucury, estamos conseguindo atualizar de forma abrangente o Plano de Vida e o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) de 67 comunidades indígenas, que estão sob a pressão constante da exploração de petróleo e hidrelétricas. As oficinas que realizamos têm sido um sucesso com uma participação expressiva de jovens e mulheres. Essa inclusão tem trazido uma nova perspectiva, valorizando não apenas a nossa língua, mas também incorporando conhecimentos externos em prol do nosso território. Acredito firmemente que o maior legado deste projeto será a construção e a atualização desses documentos vitais, que servirão como uma poderosa arma e um alimento de esperança. Eles fortalecerão a nossa luta, garantirão a autonomia dos nossos povos e assegurarão um futuro digno para as próximas gerações, permitindo que continuemos a construir nossas próprias iniciativas a partir de nossas comunidades."

Claudia Renata Lod

Vice-cacique da Aldeia Galibi

Vice-coordenadora geral do Conselho de Caciques
dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO)



AMAZONAS



- Tis Amazônia Legal
- Categoria Urucum
- Categoria Jenipapo

URUCUM

NÃNG: FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS INDÍGENAS E AGENTES INDÍGENAS DE SEGURANÇAS AMBIENTAIS DO POVO SATERÉ-MAWÉ DA TERRA INDÍGENA ANDIRÁ-MARAU/AM

 **Organização:** Associação dos KAPI e das Lideranças Tradicionais Sateré-Mawé do Rio Andirá

 **Localização:** 43 aldeias da Terra Indígena Andirá-Marau, município de Barreirinha (AM)

 **Valor do projeto:** R\$ 400.000,00

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 120 pessoas, sendo 70 mulheres, 40 homens e 10 pessoas de outras identidades de gênero. Do total, 20 são jovens.

 **Rede de Parcerias:** Instituto Cultural Ajuri – INCA



Histórico:

A Associação dos KAPI e das Lideranças Tradicionais do Povo Sateré-Mawé do Rio Andirá é uma organização não governamental fundada em 2020. Tem a missão de atuar na defesa e garantia dos direitos dos povos indígenas, sobretudo em relação à defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, enfrentamento às desigualdades sociais, promoção





da cidadania e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos. Dentre as iniciativas já realizadas, destacam-se a atuação do coletivo no enfrentamento à pandemia, o fortalecimento da agricultura familiar e da educação escolar indígena.

Localizada na divisa entre o Amazonas e o Pará, a TI Andirá-Marau é dividida pelos rios Andirá, Uaicurapá, Maués e Urupadi. Seus povos também são conhecidos como "os filhos do guaraná", já que exportam o fruto para fora do Brasil. A economia local gira em torno da venda da farinha e de produtos como andiroba, copaíba e mel de abelha. Apesar da TI ter sido demarcada há quase 40 anos, o território ainda sofre com a ação de grandes empresas e de madeireiros, que têm explorado as terras indígenas Sateré-Mawé de forma clandestina. O desmatamento ameaça diretamente o equilíbrio ambiental na região, sobretudo o clima, provocando, por exemplo, fortes tempos de estiagem.

Objetivos:

- Garantir e proteger o território Andirá-Marau, promovendo formações, cursos, oficinas e seminários em defesa dos direitos do Povo Sateré-Mawé de acordo com o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Andirá-Marau.

Principais ações:

- Oficina sobre proteção territorial e vigilância da TI Andirá- Marau;
- Oficina sobre fortalecimento institucional, atuação das personalidades jurídicas e das organizações indígenas Sateré-Mawé;
- Oficina sobre apresentação de dados sobre invasões no território, mapeamento de drogas, álcool, entorpecentes, técnicas de proteção e monitoramento Sateré-Mawé a partir de posto de vigilância e barreira sanitária;
- Produção de documentário sobre proteção, monitoramento e vigilância da TI;
- Realização do "I Encontro Regional das Lideranças, Agentes Indígenas de Seguranças Ambientais, Associações Indígenas do Povo Sateré-Mawé da Terra Indígena Andirá-Marau/AM", em que será feito o balanço do projeto e a apresentação dos seus resultados.



Depoimento:

“O apoio do Dabucury está sendo importante para nós porque está ajudando a implementar o nosso projeto de vigilância e monitoramento no território Sateré-Mawé e também a formar profissionais indígenas para trabalhar nessas ações. Com a colaboração das lideranças e o envolvimento das comunidades, já conseguimos reativar algumas barreiras de vigilância e podemos perceber a redução de problemas de invasão. Então, o projeto Dabucury chegou no momento importante para nós, uma luz que está ajudando a fortalecer a nossa luta pela proteção do nosso território”.

João Ferreira Sateré-Mawé

Capitão do Povo Sateré-Mawé, Aldeia Ponta Alegre



IAPÓA'VA NHANDEREBI'U NHANDÉ IKWAHAVUKARA NHANDÉ MBATERA (PRODUZINDO NOSSO ALIMENTO E ENSINANDO NOSSAS COISAS)



 **Organização:** Associação do Povo Indígena Tenharim Morõgitá - APITEM

 **Localização:** Terra Indígena Tenharim Marmelos e Terra Indígena Tenharim Gleba B, município de Humaitá (AM)

 **Valor do projeto:** R\$ 400.000,00

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 86 pessoas, sendo 31 mulheres e 45 homens. Do total, 25 são jovens.

 **Rede de Parcerias:** Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Histórico:

A Associação do Povo Indígena Tenharim Morõgitá (APITEM) foi fundada em 1996 com o objetivo de lutar pelo direito à terra e aos direitos básicos do seu povo na TI Tenharim Marmelos. As iniciativas e parcerias desenvolvidas pela entidade desde então geraram frutos como a Brigada de Incêndio Tenharim, os Agentes Ambientais Indígenas e a formação de comunicadores indígenas. Além disso, a associação atualmente tem participado de diversos espaços de discussão sobre mudanças climáticas e compõe redes de monitoramento do clima na região.

As TIs Tenharim Marmelos e Tenharim Gleba B possuem, somadas, uma área de 973 mil hectares e são compostas por 11 aldeias. Além da produção agrícola, os Tenharim vivem da caça, pesca e coleta, e por parte de alguns grupos há também forte produção artesanal. O cultivo da mandioca é bastante disseminado, tendo papel preponderante na sobrevivência das famílias indígenas e também na sua cultura. No entanto, cortada pela BR-230 (Transamazônica), o território vem sofrendo constantes ameaças de invasões, focos de queimadas, incêndios florestais, pesca e caça ilegais. O principal problema hoje são as invasões e retirada de madeira ilegal desordenada, que está desmatando a floresta e ameaçando as aldeias da região.

Objetivos:

- Implementar o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) com apoio à produção comunitária para melhoria tecnológica e agregação de valor ao sistema produtivo;
- Realizar o resgate cultural da produção de cocar tradicional Tenharim.

Principais ações:

- Construção de casa de farinha mecanizada e instalação de seus equipamentos;
- Oficina de boas práticas para a produção de farinha;
- Intercâmbio Intercultural na Terra Indígena Caititu sobre a produção de farinha e troca de sementes da mandioca;
- Oficina de artesanatos tradicionais;
- Feira de exposição de artesanato Tenharim.



Depoimento:

“O apoio do edital Dabucury é o primeiro de grande porte que a APITEM conseguiu acessar. Ele está impulsionando a primeira implementação do nosso Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) focado em produtividade e geração de renda através da construção de uma casa de farinha elétrica. Isso tem fortalecido a APITEM institucionalmente, qualificando nossa coordenação, promovendo o resgate cultural do artesanato cocada e fortalecendo a organização dos produtores para a comercialização de produtos”.

Daiane Tenharim

Coordenadora da Associação do Povo Indígena Tenharim Morõgitá (APITEM)



MAI VESOA – CUIDANDO DO NOSSO TERRITÓRIO

 **Organização:** Associação de Desenvolvimento Comunitário do povo Marubo do alto rio Curuçá (ASDEC)

 **Localização:** Terra Indígena do Vale do Javari, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai, São Paulo de Olivença (AM)

 **Valor do projeto:** R\$ 400.000,00

 **Beneficiários:** 400 pessoas, 130 mulheres, 270 homens e do total, são 50 jovens

 **Rede de Parcerias:** Centro de Trabalho Indigenista - CTI



Histórico:

Ao longo dos seus mais de 20 anos de existência, a ASDEC atua como uma verdadeira força vital na proteção da floresta amazônica e na defesa dos direitos do povo Marubo ocupantes da microrregião do alto rio Curuçá. Fortalecer o protagonismo das lideranças locais na luta pela autonomia e pelo bem-viver da comunidade, garantir a manutenção de sua rica identidade cultural e proteger o território ancestral são alguns dos propósitos que orientam a atuação do coletivo, que atua em áreas como educação, saúde, cultura, meio ambiente e comunicação.

A entidade atua no Vale do Javari, a segunda maior TI do Brasil, homologada e registrada no ano de 2000. Mesmo após a demarcação, contudo, o território continua sofrendo diversas pressões e ameaças, como invasão por garimpeiros, madeireiros, caçadores e pescadores que desafiam as leis brasileiras e as ações de fiscalização. Em 2022, o brutal assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dominic Philips, que combatiam as ações de invasão ao território, comoveu o país e o mundo e acendeu o alerta sobre a fragilidade da segurança na região para os povos indígenas e seus parceiros. No entanto, mesmo após a grande repercussão desse crime, a situação de violência e vulnerabilidade persiste na região.

Objetivos:

- Implementar o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) com ênfase nos eixos temáticos de "Controle e Monitoramento Territorial" e "Conservação e Manejo de Recursos Naturais" a partir da





formação de grupos Marubo para ações de monitoramento territorial na microrregião do alto rio Curuçá;

- Assegurar, especialmente, os direitos dos grupos isolados que compartilham o território.

Principais ações:

- Reunião de seleção para grupos de monitoramento do território, os Mai VesoyavDois treinamentos e formações de Mai Vesoyavo na TI;
- Quatro ações de monitoramento e dois treinamentos no território;
- Levantamento técnico de informação sobre situação dos quelônios do alto rio Curuçá;
- Capacitação e monitoramento de ovos dos Quelônios.

Depoimento:

“O projeto Dabucury chegou em um momento crucial para nós, do povo Marubo, na Terra Indígena Vale do Javari, especialmente pela ausência de políticas públicas do governo. Ele nos permitiu iniciar a implementação do nosso PGTA que é essencial para proteger nosso território. Mas enfrentamos desafios significativos como a dificuldade de acesso a áreas de fronteira onde caçadores e fazendeiros avançam e a estiagem que impede o transporte de equipamentos e pessoas. Contamos com a articulação da Coiab para capacitar nossa juventude no monitoramento territorial e na compreensão das leis que nos protegem. O legado que buscamos é o fortalecimento da nossa cultura e a capacitação dos jovens para que assumam a responsabilidade pela proteção da nossa terra e dos nossos direitos, garantindo a continuidade da nossa luta”.

Manoel Barbosa
Vice-presidente da ASDEC



YAKUASARA YANE KITIWARA BARÉ MIRA – SABERES DOS POVOS INDÍGENAS BARÉ

 **Organização:** Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMIARN)

 **Localização:** TI Alto Rio Negro e TI Cue-Cue Marabitanas, município de São Gabriel da Cachoeira (AM)

 **Valor do projeto:** R\$ 400.000,00

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 103 pessoas, sendo 60 mulheres, 40 homens e 3 pessoas com outras identidades de gênero. Do total, 30 são jovens.



Histórico:

A Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMIARN) foi fundada em 2020 com objetivo de fortalecer e empoderar as mulheres do território, contribuindo, sobretudo, para sua autonomia financeira, bem-viver e valorizando o artesanato indígena. Dentre os trabalhos realizados, destacam-se as feiras de produtos artesanais promovidas pela entidade, oficinas de capacitação para formar novas lideranças, oficinas sobre a valorização da medicina tradicional e encontros sobre mudanças climáticas e direitos das mulheres.

A entidade atua em duas TIs, Cue Cue Marabitana e Alto Rio Negro, onde enfrentam desafios diários para garantir a preservação do território, a valorização de seus saberes e a melhoria das condições de vida das comunidades. Além disso, as mulheres sofrem com o machismo e violência, o que dificulta a articulação feminina e a formação de novas lideranças jovens. Também há desafios para inserir a juventude na associação e dificuldades na venda de artesanato, pois não há um espaço adequado para expor e comercializar os produtos no município.





Objetivos:

- Valorização e preservação cultural: Registrar e fortalecer saberes tradicionais, como benzimentos, práticas de parteiras e medicinas indígenas, além de criar materiais pedagógicos na língua materna para escolas indígenas;
- Protagonismo de mulheres e jovens: Capacitar jovens em comunicação, empreendedorismo e valorização da cultura local, fortalecendo redes de mulheres indígenas por meio de intercâmbios e oficinas;
- Fortalecimento econômico: Desenvolver cadeias produtivas de artesanatos, bijoias e produtos da roça, promovendo geração de renda sustentável e autonomia financeira;
- Preservação ambiental e territorial: Registrar lugares sagrados e fomentar práticas agrícolas sustentáveis, respeitando os princípios do bem viver e da gestão territorial indígena;
- Fortalecimento institucional: Estruturar a sede e uma casa de apoio na comunidade para expor artesanatos e apoiar as atividades da associação, além de criar uma página na internet para divulgação dos produtos e das ações da AMIARN.

Principais ações:

- 1º Encontro de jovens Mukamensá Yanetkiwara;
- 1ª Oficina sobre conhecimentos das parteiras;
- 1º Encontro de Anciões, Payé Ukuasá;
- 1º Intercâmbio de saberes tradicionais de mulheres Werekena, Baré, Tukano, Baniwa e Kuripaco;
- 1ª Oficina de elaboração da cartilha Yëgatu sobre grafismos e lugares sagrados;
- Reforma da casa Wariwa Ruka e construção de uma casa de apoio para as mulheres.



Depoimento:

“Nós da aldeia São Gabriel Mirim e Associação AMIARN, estamos felizes com o apoio do projeto Dabucury. Já conseguimos reformar e reinaugurar a casa de artesanato da comunidade, distribuir fornos e realizar oficina de formação com os jovens para serem comunicadores de rádio em sete comunidades da região. A casa de artesanato está totalmente equipada e o projeto também nos proporcionou a aquisição de um bote para transporte. A importância é imensa, pois os jovens estão aprendendo e se unindo para manter a nossa cultura viva e fortalecer as nossas comunidades. O projeto está deixando um resultado significativo de valorização dos saberes tradicionais, com a formação de novas parteiras, pajés e jovens comunicadores garantindo que muita lembrança permaneça mesmo após o término do projeto”.

Francisco Barreto Baré
Cacique Aldeia São Gabriel Mirim



MAKY - FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA CASTANHA APURINÃ



Organização: Instituto Runyn Pupykary Yawanawá

Localização: Terras Indígenas Kamikuã, Lourdes e Cajueiro, município de Boca do Acre (AM)

Valor do projeto: R\$ 400.000,00

Beneficiários: O projeto beneficia 50 pessoas, sendo 20 mulheres e 30 homens. Do total, 20 são jovens.

Rede de Parcerias: Associação dos Quilombos do Nordeste - AQUINE

Histórico:

Fundado em 2020, o Instituto Runy Pupykary Yawanawa (IRPY) é uma organização voltada para a preservação e promoção da cultura do povo Apurinã, localizado na TI Kamikuã, município de Boca do Acre (AM). A entidade foi criada com o objetivo de fortalecer a identidade cultural, os conhecimentos ancestrais e as tradições do povo Apurinã, além de promover o desenvolvimento sustentável e a organização comunitária. Suas ações incluem atividades de fortalecimento das práticas tradicionais, como a coleta e manejo sustentável da castanha, além de projetos voltados para a soberania alimentar e o reflorestamento.

A riqueza e biodiversidade do território contrasta com os desafios enfrentados pelo povo Apurinã. A TI Kamikuã enfrenta desafios históricos, como o desmatamento, a invasão de madeireiros e mudanças climáticas severas. Esses fatores impactam profundamente o modo de vida tradicional e a subsistência da comunidade. Atualmente, a região sofre com a redução dos recursos naturais, secas prolongadas nos rios e o aumento das temperaturas, colocando em risco a biodiversidade e a sobrevivência dos povos indígenas. Além disso, o território enfrenta ameaças constantes devido à presença de madeireiros ilegais, o que demanda ações urgentes de monitoramento, preservação ambiental e fortalecimento da gestão territorial.

Objetivo:

- Fortalecer a cadeia produtiva da castanha na TI Kamikuã, promovendo sustentabilidade econômica, preservação ambiental e valorização cultural.

Principais ações:

- Oficina integrada para alinhar os participantes às ações do projeto, realizar um diagnóstico da cadeia produtiva da castanha e promover boas práticas de manejo;
- Construção de galpão multifuncional e barco para transporte de castanha;
- Dois mutirões comunitários de limpeza do caminho de acesso aos piques de castanha;
- Oficina prática sobre Sistemas Agroflorestais (SAF), com enfoque no manejo e plantio de castanheiras e implantação de SAF no território;
- Capacitação de mulheres no beneficiamento de castanha cristalizada;
- Oficina vivencial de elaboração de plano de negócios voltado à cadeia produtiva de castanha;



Depoimento:

"Nós, do povo Pupykary e Apurinã, estamos muito felizes com o apoio do Projeto Dabucury. É a primeira vez que temos a oportunidade de desenvolver um trabalho desse tamanho na aldeia Kakikuã, e isso trouxe muita alegria para nossa comunidade. No começo foi um desafio, porque nunca tínhamos conduzido um projeto assim, mas com a confiança que recebemos e com o apoio da equipe do Dabucury conseguimos avançar. Hoje já vemos resultados concretos, nosso trabalho está evoluindo e fortalecendo a comunidade. Esse projeto deixa um legado de confiança, de aprendizado e de esperança para o nosso povo. Acreditamos que o que está sendo construído aqui vai marcar a história da aldeia e abrir caminhos para as próximas gerações".

Maria Eunice Apurinã
Coordenadora do projeto



YANDÊ DIÍTA SE SE RENDAWA MURA - NOSSO TERRITÓRIO DA ALDEIA MURA

 **Organização:** Organização de Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea - OLIMCV

 **Localização:** Terras Indígenas Apipica, Gavião, Sissayma, Mutukinha, Ponciano e Boa Vista, município de Careiro da Várzea (AM)

 **Valor do projeto:** R\$ R\$ 250.000,00

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 1.394 pessoas, sendo 384 mulheres e 361 homens. Do total, 222 são jovens e 427 são crianças.

 **Rede de Parcerias:** Instituto Acariquara org. de Serviços Socioambientais Sustentáveis



Histórico:

A entidade, inicialmente chamada de Organização de Professores Indígenas Mura (OPIMCV), foi fundada em 2008 na aldeia Bom Futuro, Paranã do Japiim, município de Careiro da Várzea (AM). A princípio, era voltada só para professores indígenas, mas, com o passar dos anos, foi agregando também as demais lideranças Tuxauas, profissionais de saúde, anciões, estudantes, jovens e membros das aldeias. Em 2012, tornou-se oficialmente Organização de Lideranças Indígena Mura de Careiro da Várzea (OLIMCV), e desde então atua em diversos segmentos da luta coletiva, como educação, saúde, meio ambiente, sustentabilidade, cultura e também na defesa do território Mura.

Cercado por latifundiários e grileiros, as aldeias Mura de Careiro da Várzea lidam de forma constante com o desmatamento, extração ilegal de madeira, queimadas criminosas, expansão da pecuária em torno do seu território e o aliciamento de lideranças indígenas. Por consequência, tem aumentado a insegurança alimentar e a vulnerabilidade econômica das famílias indígenas, que sobrevivem a partir da agricultura familiar e da coleta de frutos. Além disso, as aldeias enfrentam cada vez mais os efeitos das mudanças climáticas, como as estiagens dos últimos anos, que deixaram muitas comunidades isoladas e quase sem alimentos.





Objetivo:

- Elaborar o Plano de Gestão Territorial e Ambiental do Povo Mura (PGTAM), envolvendo representantes das TIs Apipica, Gavião, Sissayma, Ponciano e Boa Vista.

Principais ações:

- Assembleia Geral de apresentação do projeto do PGTAM com as lideranças indígenas Mura;
- Doze oficinas locais com atividades teóricas e práticas em cada aldeia para levantamento de dados para o PGTAM. Em seguida, as propostas e resultados serão discutidos em oficinas regionais;
- Construção da sede da OLIMCV, que também funcionará como base operacional de monitoramento e administração do PGTAM;
- II Assembleia Geral de elaboração do PGTAM, em que será apresentada uma primeira amostra dos resultados apurados nas oficinas locais e regionais. Em seguida, será encaminhada a produção do PGTAM;
- III Assembleia Geral para apresentação do PGTAM e dos resultados finais dos trabalhos realizados nas aldeias, reunindo lideranças indígenas e órgãos públicos.



Depoimento:

“A nossa iniciativa, que chamamos de Yandê Diita Se Re Rendawa Mura (Nosso Território da Aldeia Mura), apoiado pelo edital Dabucury, está sendo muito importante para o povo Mura do Careiro da Várzea. Esse projeto está focado na elaboração do PGTA do nosso território para enfrentarmos as mudanças climáticas, a devastação ambiental e também proteger o nosso território de invasores e pescadores dos lagos. Já iniciamos as oficinas de elaboração do PGTA, que nós chamamos de PGTAM (Plano de Gestão Territorial Mura), que está envolvendo toda comunidade, sendo expressiva a participação da juventude. Outra ação importante é a construção da base operacional do PGTAM que será a sede da nossa organização. O Dabucury nos deu a oportunidade de fazer a gestão direta dos recursos recebidos para nossa organização e tem sido um desafio positivo, nos capacitando em processos de gestão financeira e prestação de contas. O maior legado será o PGTA, que busca o manejo sustentável e responsável dos nossos recursos naturais, garantindo um futuro para as próximas gerações.”

Herton Mura

Presidente do Conselho Fiscal da Organização de Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea



KAGWYRA NPOJKAHARA'GÃ



Organização: Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (OPIAM)

Localização: Terra Indígena Sepoti, município de Humaitá (AM)

Valor do projeto: R\$ 250.000,00

Beneficiários: O projeto beneficia 48 pessoas, sendo 25 mulheres e 23 homens. Do total, 9 são jovens.

Rede de Parcerias: Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB

Histórico:

Criada em 2001 pelos povos Kagwahiva e outros povos indígenas que residem na região da calha do rio Madeira, a OPIAM surgiu com o intuito de garantir os direitos indígenas da região, promovendo a organização social, cultural, econômica, ambiental e política dos povos e associações Indígenas da região do Alto Madeira, sul do Amazonas. Ao longo da sua história, a entidade tem atuado junto a associações de base e comunidades indígenas, bem como a partir de parcerias nacionais e internacionais para fortalecer a defesa do meio ambiente, o patrimônio cultural e os direitos humanos dos povos indígenas e de suas comunidades.

Um dos seus territórios de atuação é a TI Sepoti, Terra Indígena que possui uma área de 252.374,30 hectares. Como outros territórios dos povos da floresta, a TI guarda a biodiversidade, sabedoria e ancestralidade dos povos originários. No entanto, a comunidade também tem enfrentado problemas críticos. A região sul do Amazonas faz parte do chamado "arco do desmatamento", uma frente de expansão da fronteira agropecuária sobre a floresta que explora os recursos naturais de forma não sustentável. Desse modo, o avanço do desmatamento, aumento dos conflitos fundiários, grilagem de terras e expropriação territorial ameaçam a vida e os direitos das comunidades originárias.

Objetivos:

- Elaborar o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Sepoti, contribuindo com a valorização da ancestralidade do povo Tenharim e o conhecimento sobre seu território;

- Fortalecer o modo de gestão territorial e ambiental realizado pelo povo Tenharim da TI Sepoti;
- Fortalecer o diálogo entre lideranças, mulheres, jovens e anciãos para elaborar estratégias de redução de conflitos internos e estabelecimento de acordos para gestão dos recursos naturais, proteção do território e respeito ao modo de vida tradicional para redução do desmatamento e o equilíbrio do clima.

Principais ações:

- Reunião de sensibilização e mobilização do território para elaboração do PGTA;
- Oficina de formação de pesquisadores indígenas, que serão responsáveis, junto com os consultores, pela realização do etnomapeamento e elaboração do PGTA da TI Sepoti;
- Duas excursões de diagnóstico e etnomapeamento da TI Sepoti, envolvendo pesquisadores indígenas, lideranças e anciãos que conhecem o território;
- Oficina de sistematização de informações e redação participativa do etnomapeamento da TI;
- Oficina de planejamento participativo e discussão sobre gestão territorial indígena a partir do etnomapeamento;
- Oficina de validação do PGTA junto à comunidade da TI Sepoti;
- Reunião de entrega do PGTA da TI com a presença da comunidade indígena, entidades e representantes do poder público.



Depoimento:

“O Projeto Dabucury chegou em um momento de grande esperança para nossa comunidade que desde 2002 enfrentava invasões de madeireiros e garimpeiros dificultando nosso acesso à retirada de produtos que geram economia para nossa comunidade. Com o apoio de parceiros e a nossa dedicação, conseguimos resultados concretos: mapeamos nosso território com “Gaia GPS” e drones, capacitamos agentes ambientais e, o mais importante, estamos elaborando nosso PGTA com 100% de participação da comunidade, mulheres, crianças, jovens e idosos, todos engajados. Essa experiência nos ensinou a lutar por nossos direitos e fortalecer nossa autonomia na gestão de recursos, deixando um legado de motivação e aprendizado contínuo para as futuras gerações.”

*Edivaldo Tenharim Izeu
Cacique da Terra Indígena Sepoti*





MARANHÃO

- TIs Amazônia Legal
- Limites Amazônia Legal
- Categoria Jenipapo

JENIPAPÓ

KA'A IPURÀGETE

 **Organização:** Guerreiras da Floresta da Terra Indígena Caru, Associação Indígena Comunitária Wirazu do Povo Guajajara das Aldeias e Centros de Trabalho da Terra Indígena Caru

 **Localização:** Terra Indígena Caru, município de Bom Jardim (MA)

 **Valor do projeto:** R\$ 249.901,86

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 107 pessoas, sendo 48 mulheres e 59 homens. Do total, 15 são jovens.

 **Rede de Parcerias:** Instituto Sociedade População e Natureza - ISPN



Histórico:

O coletivo Guerreiras da Floresta surgiu em 2014 a partir da necessidade observada pelas mulheres da Terra Indígena Caru (MA) de apoiar e promover ações de proteção territorial e de defesa das culturas indígenas. As Guerreiras da TI Caru têm na sua missão a proteção de 172.665 mil hectares de terra indígena demarcada, território que é constantemente ameaçado pelo desmatamento e atividades ilegais, como retirada de madeira, caça e pesca praticadas por invasores.





A Terra Indígena Caru faz parte da região do Mosaico Gurupi (MA/PA), região que compõe uma das dez áreas mais críticas de desmatamento na Amazônia brasileira. No entorno do território, habitam povoados cujos moradores invadem constantemente a TI. Diante disso, desde 2017 o grupo Guerreiras da Floresta tem realizado ações de sensibilização nestes povoados vizinhos, tanto para entender melhor a realidade local como também para contribuir para a melhoria destas comunidades, que enfrentam diversas vulnerabilidades socioeconômicas. Dessa forma, o fortalecimento de laços com estes povoados também se tornou uma estratégia de proteção da TI.

Objetivos:

- Estreitar relação de parceria entre os povoados, promovendo intercâmbios entre moradores;
- Contribuir no fortalecimento e organização social dos povoados através do compartilhamento dos modos de vida dos grupos e das experiências dos projetos executados;
- Fortalecer os povoados do entorno e apoiar a proteção da TI Caru;
- Contribuir com a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da comunidade;
- Atualização do mapeamento do território.

Principais ações:

- Intercâmbio junto ao povo Timbira para troca de experiências sobre a construção do PGTA;
- Expedição na TI Caru e oficina de mapeamento de áreas vulneráveis do território;
- Expedição para realizar reuniões nos povoados ao redor da TI Caru que realizaram microprojetos produtivos;
- Reuniões nos Centros de Trabalho de Cleude, Turury e Escada para formação em educação ambiental e sensibilização sobre a importância da TI Caru;
- Intercâmbio na TI Caru para receber moradores de povoados próximos para sensibilização e compartilhamento de experiências.



Depoimento:

"O nosso projeto Ka'a Ipuràgete (Floresta Bonita), é uma chama que acendemos para construção do PGTA do nosso território Caru. Com o apoio do Dabucury já realizamos um intercâmbio enriquecedor no território Krikati com as agentes ambientais para observarmos as ações do PGTA desse território. A nossa iniciativa conta com a participação dos guardiões, brigadistas e da juventude de oito aldeias do nosso território. Quero reforçar a oportunidade de uma mulher indígena coordenar um projeto tão importante para o nosso território e contar com a participação de outras mulheres indígenas nessa construção coletiva. Acredito que deixaremos o exemplo inspirando união e resiliência diante de qualquer desafio".

Deglane Guajajara

Coordenadora do Projeto Floresta Bonita

Aldeia Masanraduba – TI Caru





JENIPAPÓ

VOZES DA FLORESTA: OUVINDO O PASSADO, FALANDO DE FUTURO

 **Organização:** Associação Comunitária Indígena Y'rykaw

 **Localização:** Terra Indígena Canabrava, municípios de Jenipapo dos Vieiras, Barra do Corda, Barão de Grajaú (MA)

 **Valor do projeto:** R\$ 250.000,00

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 540 pessoas, sendo 280 mulheres e 260 homens. Do total, 110 são jovens.

 **Rede de Parcerias:** Associação dos Quilombos do Nordeste - AQUINE

Histórico:

Fundada em 2013 na aldeia Irone, em Barra do Corda (MA), a Associação Comunitária Indígena Y'rykaw tem a missão de promover o desenvolvimento econômico e social da sua comunidade, bem como preservar e valorizar suas tradições culturais. Uma das principais linhas de atuação da entidade é a valorização da língua indígena, sobretudo por meio da luta pela produção de materiais escritos na língua nativa. Além disso, eventos culturais e educacionais são realizados regularmente para envolver a comunidade e manter vivas as tradições, reforçando a importância desses segmentos no debate das relações étnico-raciais.

As famílias, que são parte da etnia Guajajara e vivem nas aldeias Y'rykaw e Três Irmãos, sobrevivem a partir da agricultura familiar, caça, pesca e do artesanato. No entanto, o desmatamento, as queimadas e os conflitos envolvendo fazendeiros, grileiros e madeireiros têm afetado diretamente a qualidade de vida e o sustento da comunidade. Por conta desses desafios, somados às dificuldades no acesso à saúde e educação, muitos jovens querem sair das aldeias em busca de melhores oportunidades, o que torna ainda mais difícil a preservação da cultura e saberes ancestrais.



Objetivos:

- Contribuir com a valorização da cultura e educação, sobretudo a partir da preservação da memória e das práticas culturais;
- Promover a saúde e bem-estar, integrando conhecimentos tradicionais de medicina com práticas modernas;
- Fortalecer a sustentabilidade e segurança alimentar, resgatando técnicas agrícolas tradicionais e promovendo o uso sustentável dos recursos naturais;
- Contribuir com o fortalecimento das organizações locais e autonomia na tomada de decisões;
- Reduzir o preconceito e estigmatização, mostrando as contribuições indígenas para a conservação ambiental e a sustentabilidade.

Principais ações:

- Três rodas de conversa distribuídas nas aldeias para sensibilização e mobilização da comunidade em relação ao projeto;
- Três oficinas para diagnóstico participativo e etnomapeamento, que incluem a identificação de locais de importância cultural, rotas e práticas sustentáveis;
- Três oficinas de planejamento para construção de plano de ação participativo;
- Três sessões de apresentação e discussão do plano à comunidade;
- Evento de encerramento do projeto e celebração comunitária para compartilhar o PGTA final.



Depoimento:

“Nós, do Território Indígena Canabrava, vimos no projeto Dabucury um pilar fundamental para enfrentar nossos desafios. O apoio do projeto está sendo importante para elaboração do PGTA do nosso território. Enfrentamos muitas ameaças como incêndios, que já destruíram mais de 30 hectares, e a presença de invasores que gera medo e insegurança. Os resultados já são visíveis. Quatro aldeias estão ativamente participando das ações e o envolvimento de jovens, mulheres e anciãos demonstra o legado que o Dabucury deixará para nossa comunidade que é assegurar a proteção do nosso território, a sustentabilidade e valorização das nossas tradições”

Acrisio Isaac Guajajara
Cacique



ETNOMAPEAMENTO DA TERRA INDÍGENA CANA BRAVA

 **Organização:** Associação Comunitária Indígena Mituira

 **Localização:** Terra Indígena Cana Brava, municípios de Jenipapo dos Vieiras, Barra do Corda, Barão de Grajaú (MA)

 **Valor do projeto:** R\$ 250.000,00

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 840 pessoas, sendo 252 mulheres e 588 homens. Do total, 150 são jovens.

 **Rede de Parcerias:** Rede de parcerias: Instituto Makarapy



Histórico:

A Associação Comunitária Indígena Mituira foi fundada em 2009 na TI Cana Brava, de etnia Guajajara, com o objetivo de lutar em defesa dos interesses do território e suas famílias. De forma coletiva, a entidade atua a partir da busca pela valorização e difusão da sua cultura, em defesa de uma gestão ambiental territorial (reflorestamento), por melhorias da governança da comunidade e por mais saúde, educação e infraestrutura para os indígenas.

A TI Cana Brava está localizada no centro-oeste do Maranhão, nos municípios de Jenipapo dos Vieiras, Barra do Corda e Grajaú, numa região de transição entre o Cerrado e a Amazônia. Com uma área de 137.329 alqueires e 288 aldeias, a TI é cortada por diversas rodovias e por um linhão de transmissão de energia elétrica, o que tem ocasionado diversos impactos negativos. Dentre eles, destacam-se o aumento do êxodo rural, a exploração madeireira, caça e pesca predatórias, a pecuária e a agricultura extensiva.

Objetivos:

- CElaborar diagnóstico através do etnomapeamento da TI Cana Brava para nortear ações de promoção do bem-estar da comunidade;
- Mapear a melhor forma de ocupação e apropriação do território



pelos indígenas, buscando melhorar as condições sociais das comunidades que habitam na TI.

Principais ações:

- Construção de base de dados a partir de levantamento documental, bibliográfico, cartográfico e audiovisual sobre a TI Cana Brava;
- Sete reuniões regionais de sensibilização e mobilização com equipe técnica, lideranças indígenas e comunidade em geral sobre o projeto e sua importância;
- Planejamento das atividades de campo e oficina de etnomapeamento;
- Andanças e rodas de conversa para etnomapeamento do território com 28 participantes das oficinas e representantes das 7 regiões;
- Sistematização dos dados e produção de etnomapas, como mapa de infraestrutura, mapa de ambientes e usos, mapas históricos (loais históricos, povoamentos etc) e mapa de conflitos;
- Três encontros para divulgação dos resultados do etnomapeamento, reunindo representantes das aldeias das 7 regiões do território.



Depoimento:

"O apoio do edital Dabucury tem sido fundamental para nossa comunidade, porque nos deu a possibilidade de realizar o etnomapeamento do território. Isso fortalece não apenas a gestão territorial, mas também a defesa diante das ameaças externas. Os recursos, as formações e o acompanhamento técnico têm permitido envolver jovens, lideranças e anciãos, unindo saberes tradicionais e ferramentas modernas. A execução do projeto tem avançado de forma participativa. Já sentimos resultados concretos, como o engajamento da juventude, a valorização dos conhecimentos dos anciãos e o fortalecimento da união comunitária em torno da proteção do território. Esse trabalho tem dado mais clareza estratégica sobre o uso e a ocupação da terra, além de despertar orgulho e alegria nos mais velhos ao compartilharem a história e a memória do processo de demarcação. Para nós, o mapeamento não é apenas um levantamento técnico, mas também um registro da nossa história, memória e cultura. Ele dá visibilidade às áreas sagradas, às práticas tradicionais e reafirma nosso direito à terra. Esse legado será a construção de um instrumento de gestão territorial e cultural produzido pela própria comunidade. Mais do que um mapa, ele é a afirmação da nossa identidade e a garantia de que as futuras gerações compreenderão, defenderão e fortalecerão a Terra Indígena Cana Brava. Esse projeto nos deixa o resgate, a preservação da memória e a certeza de que o território é uma extensão de quem somos. Só temos a agradecer por essa oportunidade de nos reconhecermos e nos fortalecermos enquanto povo".

Magno Machado Lima Guajajara

Presidente da Associação Comunitária Indígena Mituira



25 de jul. de 2025 1
5°30'54"S 45°



MATO GROSSO



- TI's Amazônia Legal
- Categoria Urucum
- Categoria Jenipapo

JENIPAPÓ

PROJETO HAWAWI - ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO NA TERRA INDÍGENA TAPIRAPÉ, MATO GROSSO

INSTITUTO DERIDU



 **Organização:** Instituto Deridu

 **Localização:** Terra Indígena Tapirapé/Karajá, município de Santa Terezinha (MT)

 **Valor do projeto:** R\$ 250.000,00

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 100 pessoas, sendo 40 mulheres, 40 homens e 20 pessoas com outras identidades de gênero. Do total, 30 são jovens.

Histórico:

Banhado pelos rios Araguaia e Tapirapé, o povo Karajá se encontra na TI Tapirapé/Karajá, situada nos municípios de Santa Terezinha e Luciara (MT). Com extensão de 66.166,305 hectares, a TI é morada de dois povos indígenas distribuídos em cinco aldeias no território. Em 2021, a comunidade indígena Karajá da aldeia Itxalá fundou o Instituto Deridu, que nasceu com o propósito de buscar parcerias e fortalecer políticas públicas para melhorar a condição de vida do seu povo.

A partir da organização coletiva, a comunidade já realizou diversos projetos, como a Roça Comunitária, que resultou na produção de farinha, e a Loja Karajá, ainda em andamento, voltada para dar visibilidade e escoar a produção artesanal das mulheres indígenas. No entanto, a comunidade vive sob constante ameaça de madeireiros e pescadores clandestinos na região. Além disso, a falta de investimentos públicos nas atividades produtivas do território faz com que a insegurança alimentar e a desnutrição sejam riscos constantes para as famílias nas aldeias.

Objetivos:

- Elaborar, com a participação da comunidade, o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) na Terra Indígena Tapirapé/Karajá, discutindo as categorias de uso e ocupação do território;
- Definir estratégias que subsidiem o planejamento estratégico sustentável.

Principais ações:

- Encontro de sensibilização e mobilização para apresentar o processo de construção do PGTA e a importância do instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento da comunidade indígena Karajá;
- Três reuniões de levantamento participativo para identificar problemas e oportunidades, bem como capacitar representantes indígenas e atores locais para colaborarem na elaboração do PGTA;
- Planejamento geral para definir encaminhamentos a partir dos dados do levantamento e construir proposta do PGTA;
- Assembleia Geral para validação do PGTA a partir da sistematização das informações coletadas e elaboração de documento final;
- Reuniões com equipe técnica e representantes indígenas para monitoramento e avaliação dos trabalhos.



Depoimento:

"O nosso projeto Hawawi (Terra Boa) é voltado para criação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) para a Terra Indígena Tapirapé/Karajá, onde vivem os povos Karajá e Tapirapé em cinco aldeias. Essa iniciativa conta com a participação da comunidade, dos jovens e dos anciãos que possuem profundo conhecimento do território para fazer o mapeamento dos locais sagrados dentro da nossa terra indígena. Outra ação do projeto é a capacitação de jovens para o uso de drones para o monitoramento do nosso território. O PGTA será o legado construído com o apoio do Dabucury, um instrumento importante elaborado coletivamente que fortalecerá as nossas organizações indígenas".

Domilto Inaruri Karajá
Ponto Focal do Projeto Terra Boa



INÍCIO DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO XUARÉ (DE TODOS NÓS) DA TERRA INDÍGENA Umutina, MATO GROSSO

 **Organização:** Associação Haipuku da Comunidade Indígena Bakalana

 **Localização:** Terra Indígena Umutina, município de Barra dos Bugres (MT)

 **Valor do projeto:** R\$ 247.999,90

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 200 pessoas, sendo 100 mulheres e 100 homens. Do total, 30 são jovens.

 **Rede de Parcerias:** Remando Junto com as Comunidades Tradicionais - REMAR



Histórico:

A Associação Haipuku da Comunidade Indígena Bakalana surgiu a partir do início da abertura da aldeia Bakalana, em 2011, quando a comunidade avaliou ser necessária a criação de uma associação para dar conta das demandas surgidas no território. Ao longo dos anos, a organização também passou a atuar em diálogo com os órgãos públicos a nível municipal, estadual e federal para discutir outras necessidades da aldeia, como educação e saúde indígena local. Além disso, a entidade também desenvolveu projetos para fortalecer a produção e beneficiamento de alimentos, como o arroz.

A TI Umutina é formada por 15 aldeias e se localiza no município de Barra dos Bugres (MT), abrangendo uma área de 28.120 hectares. Embora o território seja homologado e demarcado, a necessidade de fiscalização e monitoramento ainda é muito grande. Todos os anos a comunidade sofre com queimadas, pesca, caça e comércio de madeira ilegal, além de outros diversos danos socioambientais. Outro desafio vivido pela comunidade é a migração, uma vez que, com poucas opções de trabalho e falta de renda, muitos indígenas acabam buscando melhores condições de vida fora do seu território.



Objetivo:

- Fortalecer os processos de gestão territorial e ambiental da TI Umutina por meio da elaboração de instrumentos de gestão (etnomapeamento, etnozoneamento e Protocolo de Consulta), com apoio à formação de agentes ambientais e culturais.

Principais ações:

- Oficinas iniciais de mobilização e apresentação da proposta em todas as aldeias da TI;
- Oficinas participativas para elaboração do etnomapeamento e etnozoneamento para iniciar a elaboração do Plano de Gestão da TI;
- Oficinas participativas para elaboração do Protocolo de Consulta;
- Evento regional para devolutiva dos instrumentos de gestão da TI construídos pelo projeto e sistematização dos Protocolos de Consulta.



Depoimento:

"O projeto Xuaré que na nossa língua Balatiponé quer dizer "de todos nós", mobiliza 14 aldeias nas ações de elaboração do nosso PGTA para lidar com as diversas situações no território, especialmente o impacto no Rio Paraguai e o Rio Bugre, importantes para o Pantanal e para manutenção do nosso território. O Dabucury está nos ajudando a fortalecer a nossa luta, a nossa cultura e os nossos direitos, promovendo o diálogo e o avanço das discussões com os municípios sobre o cuidado com nosso território. Sou imensamente grato pelo apoio do Dabucury que possibilitou discussões importantes sobre a preservação e manutenção do nosso território. Encorajo futuras organizações a abraçarem essa oportunidade, porque é fundamental proteger nosso território e denunciar as situações de avanço de grandes empreendimentos".

Valdemilson Ariabo
Presidente da Associação HAIPUKU



FORTELECIMENTO DA PROTEÇÃO TERRITORIAL E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS: GARANTINDO A INTEGRIDADE E SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS



 **Organização:** Instituto Raoni

 **Localização:** Terras Indígenas Capoto Jarina, Menkragnoti e municípios de Peixoto de Azevedo (MT), São José do Xingu (MT) e Altamira (PA)

 **Valor do projeto:** R\$ 400.000,00

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 265 pessoas, sendo 145 mulheres e 120 homens. Do total, 60 são jovens.

 **Rede de Parcerias:** Santini Consultoria Empresarial LTDA

Histórico:

O Instituto Raoni foi fundado em março de 2001, quando as aldeias das TIs Menkragnoti e Capoto/Jarina, localizadas nos estados do Mato Grosso e Pará, decidiram criar sua própria organização representativa. O Instituto recebeu o nome do seu fundador, o cacique Kayapó Raoni, em reconhecimento às mais de cinco décadas da sua liderança na luta em defesa dos povos indígenas e pela conservação ambiental. A missão da entidade é voltada para a defesa dos interesses das comunidades indígenas para proteção de seus territórios, para o desenvolvimento de atividades que promovam o uso sustentável da biodiversidade e diminuam sua vulnerabilidade frente a atividades predatórias.

A região que o Instituto Raoni atua é um território de ocupação tradicional dos povos indígenas do Xingu, mas que posteriormente foi colonizada por pessoas do sul do país. Devido a essa presença externa, outras atividades econômicas passaram a ser desenvolvidas na região, como a extração de ouro, criação de gado e produção de soja e milho. Devido à expansão desta frente de produção, a região está inserida no denominado arco do desmatamento, enfrentando grande pressão diante do avanço do Agronegócio. Além disso, os povos indígenas estão ameaçados pela possibilidade de avanço de projetos e grandes empreendimentos como a Ferrogrão e a pavimentação da MT-322, rodovia estadual que atravessa a TI Capoto Jarina e a TI do Xingu.

Objetivo:

- Fortalecer a proteção territorial e o uso dos recursos naturais, garantindo a integridade e o apoio às cadeias produtivas sustentáveis nas TIs Capoto Jarina e Menkragnoti.

Principais ações:

- Limpeza dos limites das TIs Capoto Jarina e Menkragnoti;
- Apoio à manutenção das bases de vigilância e monitoramento territorial;
- Participação em feiras e mobilizações nacionais dos povos indígenas para comercialização de artesanato e produtos da sociobiodiversidade fornecidos pela loja - marca Arte Indígena Instituto Raoni;
- Intercâmbio entre mulheres ceramistas para troca de saberes e aprimoramento de técnicas;
- Oficina de manipulação de alimentos para fortalecer a comercialização da polpa de pequi;
- Acompanhamento da cadeia produtiva do pequi;
- Fortalecimento da roça coletiva Irware das mulheres da aldeia Metuktire.



Depoimento:

“A maior conquista com a aprovação da nossa iniciativa no edital Dabucury é o fato de este ser o primeiro projeto com gestão e execução totalmente realizado por nós, indígenas. Essa experiência é um aprendizado valioso sobre a gestão de projetos promovendo responsabilidade para bons resultados. Com o apoio do Dabucury será possível, pela primeira vez no território Kayapó, a aviventação de limite, envolvendo homens e mulheres indígenas capacitados como agentes ambientais para monitoramento e vigilância do nosso território. O Dabucury abriu caminhos para que nós, povos indígenas, protagonizemos a gestão dos nossos projetos, inspirando a responsabilidade e a luta de novas lideranças”.

Roiti Metuktire

Coordenador de Gestão e Proteção Territorial do Instituto Raoni



REGANDO A SEMENTE MULTICULTURAL NA TI TIRECATINGA

 **Organização:** Associação Thutalinansu

 **Localização:** Terra Indígena Tirecatunga, município de Sapezal (MT)

 **Valor do projeto:** R\$ 400.000,00

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 79 pessoas, sendo 42 mulheres, 34 homens e 3 pessoas com outras identidades de gênero. Do total, 32 são jovens.

 **Rede de Parcerias:** Operação Amazônia Nativa – OPAN



Histórico:

A Associação Thutalinansu é uma organização indígena composta por 62 membros, todas mulheres, que nasceu em 2018 com o objetivo de lutar pelo bem comum dos povos que habitam a TI Tirecatunga, em especial os direitos e demandas das mulheres da comunidade. De modo geral, a entidade executa projetos voltados ao empoderamento das mulheres indígenas, com foco na geração de renda dentro dos territórios.

A TI Tirecatunga está localizada no município de Sapezal (MT), em uma área de transição entre o Cerrado e a Amazônia, e foi demarcada em 1983 com uma extensão de 130.575 hectares. É um território multiétnico com quase 250 habitantes indígenas dos povos Terena, Paresi, Manoki e Nambikwara, que residem em 16 aldeias. No entanto, a Terra Indígena se encontra em uma região reconhecida como produtora mundial de grãos, e por isso é ameaçada constantemente pela expansão desenfreada da fronteira agrícola e por empreendimentos hidrelétricos, como as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) nos rios que abastecem a TI.

Objetivo:

- Promover a proteção, valorização e a sustentabilidade da TI Tirecatunga através do fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, das capacidades técnicas de uso dos recursos naturais e da governança, assegurando a conservação do meio ambiente e o bem-estar das comunidades indígenas no território.



Principais ações:

- Três expedições para reconhecimento do território e coleta de recursos naturais;
 - Duas oficinas de boas práticas para o artesanato;
 - Oficina de recuperação de técnica de elaboração de panelas, tigelas (cumbuca) e pratos Terena de barro;
 - Capacitação no uso de redes sociais para exposição e venda de artesanato;
 - Quatro expedições pelo rio Papagaio com escolas indígenas;
 - Produção de cartilha informativa sobre a produção artesanal da TI;
 - Vídeo sobre o processo de produção do artesanato local e do trabalho da associação Thutalinansu junto a instituições parceiras;
 - Duas capacitações para formação de brigadistas contra incêndios florestais;
- Apoio logístico para ações de combate aos incêndios florestais;
- Participação em eventos referentes à mobilização indígena.



Depoimento:

"O nosso projeto, apoiado pelo Dabucury, é o primeiro a focar na preservação e valorização do artesanato indígena que é único para cada um dos quatro povos do território. Ele promove o empoderamento das mulheres, a valorização cultural e a geração de renda. Nosso projeto não só traz benefícios para o território, mas também permite a participação em eventos externos, como a ATL e a Marcha das Mulheres. Focamos na ancestralidade e na recuperação do que foi perdido ao longo do tempo, gerando um impacto positivo visível na alegria e realização das mulheres. O legado do projeto está na preservação do capim-dourado e na conscientização sobre a importância do cuidado com o território para a sustentabilidade da renda gerada. A inclusão dos jovens nos projetos de artesanato tem sido fundamental para que eles compreendam o valor das práticas ancestrais."

Suyani Katikitalosu Terena Nambikwara
Coordenadora do projeto





URUCUM

PROJETO PUUJANTÊ

 **Organização:** Associação Iakiô

 **Localização:** Terra Indígena Panará, município de Guarantã do Norte (MT)

 **Valor do projeto:** R\$ 400.000,00

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 720 pessoas, sendo 370 mulheres e 350 homens. Do total, 215 são jovens.

 **Rede de Parcerias:** Instituto Socioambiental - ISA

Histórico:

A Associação Iakiô tem como objetivo apoiar o povo Panará no desenvolvimento de ações que visam ampliar sua sustentabilidade e autonomia, atuando na interlocução com a sociedade e ampliando seu protagonismo político. Suas atividades estão voltadas ao fortalecimento e preservação da cultura material e imaterial do seu povo, à gestão dos recursos naturais tradicionais e à proteção e fiscalização de sua terra, constantemente ameaçada por atividades ilegais e predatórias.

Na década de 1970, a abertura da BR-163, que liga Cuiabá a Santa-rém, fez com que o povo Panará perdesse quase 90% da sua população, principalmente devido a doenças. As famílias foram removidas do seu território e, por 20 anos, ficaram exiladas na região do Xingu. Após muita luta, os Panará retornaram para parte do seu território original e conseguiram uma condenação inédita do Estado brasileiro pelos danos morais e materiais causados. Foi para receber este recurso que a Associação foi fundada em 2001.

Localizada em uma região estratégica para a proteção do bloco central de Áreas Protegidas do Xingu, a TI Panará possui uma área de 490 mil hectares. Todas as suas sete aldeias encontram-se no rio Iriri, que vem sendo impactado por atividades antrópicas vizinhas, como a pecuária e o cultivo de monoculturas em suas nascentes. Como resultado, as famílias indígenas lidam com o assoreamento do rio, com a contaminação das águas que banham as aldeias por agrotóxicos e com o aumento da mortalidade



de peixes. Além disso, a TI lida com constante assédio de madeireiros e ameaça de garimpo, sobretudo pela sua proximidade com a rodovia.

Objetivo:

- Apoiar as famílias indígenas no trabalho com as roças tradicionais para fortalecer a autonomia em relação à alimentação consumida nas aldeias e manter a segurança e soberania alimentar. Com isso, pretende-se diminuir a compra de alimentos na cidade que provocam doenças no povo Panará, como diabetes e pressão alta, por exemplo.

Principais ações:

- Mutirões para marcação, abertura, limpeza e uso controlado do fogo em áreas de roças tradicionais nas sete aldeias;
- Plantio de sementes crioulas nas roças tradicionais realizado de forma individual por família;
- Limpeza das roças realizada por cada família nas sete aldeias;
- Colheita, manejo, beneficiamento e armazenamento da produção das roças.

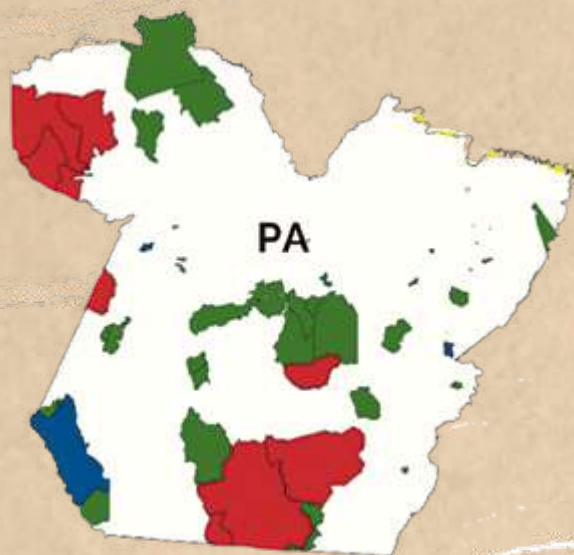


Depoimento:

“Com apoio do projeto Dabucury queremos resgatar os alimentos tradicionais do nosso território, como os quatro tipos de amendoim e seis tipos de batata que estavam quase perdidos. O recurso chega em sete aldeias do território Panará, cada aldeia recebeu kits de ferramentas para o trabalho na roça, itens como facões e machados vão fortalecer o nosso trabalho com a produção dos alimentos tradicionais. O projeto também ajuda as comunidades na construção de planos distintos para cada uma delas, que inclui a realização de festas tradicionais e a produção de artesanato. Eu acredito que o maior legado do projeto é a união das comunidades para resgatar espécies alimentares antigas e fortalecer nossos saberes tradicionais, isso nos fortalece e deixa o nosso povo alegre”.

Peranko Panará
Diretor Financeiro da Associação Iakiô





PARÁ

- TIs Amazônia Legal
- Categoria Urucum
- Categoria Jenipapo

JENIPAPÓ

PLANO DE VIGILÂNCIA E RECUPERAÇÃO

 **Organização:** Associação Indígena Kateiokuarê Parkatêjê

 **Localização:** Terra Indígena Mãe Maria, Bom Jesus do Tocantins (PA)

 **Valor do projeto:** R\$ 249.993,47

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 80 pessoas, sendo 48 mulheres, 30 homens e 2 pessoas com outras identidades de gênero. Do total, 19 são jovens.



Histórico:

A Associação Indígena Kateiôkuaré Parkatêjê foi criada para representar o povo da aldeia Kateiôkuaré Parkatêjê, um aldeamento resultante da cisão da Aldeia Parkatêjê, ambas localizadas na TI Mãe Maria, município de Bom Jesus do Tocantins (PA). Tem como objetivo promover a defesa do patrimônio territorial, ambiental e cultural do seu povo a partir de ações conjuntas na defesa de interesses coletivos, no desenvolvimento de atividades socioeconômicas sem fins lucrativos e no estímulo à produção e comercialização dos produtos e serviços de seus associados para subsistência.





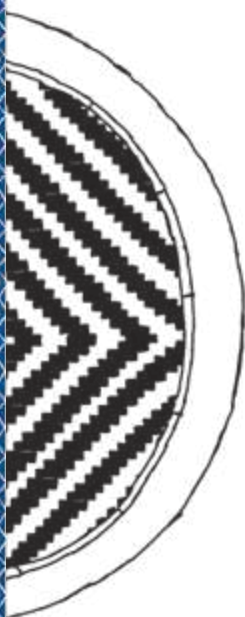
A TI Mãe Maria se insere numa região bastante impactada pelo agro-negócio e sofre grande pressão em seu território, principalmente em razão das diversas rodovias federais existentes em sua proximidade, como a BR-222 e a BR-230 (Transamazônica). Além disso, o território é cortado por três linhas de transmissão, o que gera diversos impactos para a comunidade e conflitos com a empresa responsável pela manutenção da estrutura.

Objetivos:

- Elaborar um mapeamento participativo das principais ameaças e riscos à TI Mãe Maria como ferramenta de luta política e planejamento participativo;
- Garantir a integridade do patrimônio indígena, bem como a melhoria da qualidade de vida e condições de recuperação física e cultural do Povo Parkatêjê.

Principais ações:

- Reunião de apresentação e sensibilização do projeto junto à comunidade, bem como seleção do grupo que irá participar das oficinas e expedições;
- Intercâmbio em gestão ambiental e territorial junto ao Povo Guajajara, TI Rio Pindaré (MA), que tem experiência na temática e pode servir de referência para a gestão territorial e ambiental da aldeia Parkatêjê;
- Oficina de mapeamento e vigilância territorial;
- Cinco expedições de mapeamento do território na porção leste da TI para mapear os recursos, riscos e ameaças existentes, como pontos de invasão, queimada e de avanço da pecuária;
- Reunião de validação do mapeamento junto à comunidade e posterior sistematização do trabalho;
- Cinco expedições de vigilância territorial na porção leste da TI;
- Apoio ao manejo e adensamento de açaiçais, bem como recuperação de áreas degradadas mediante a implementação de um viveiro dentro da aldeia Kateiokuarê Parkatêjê.



Depoimento:

"O projeto Dabucury chegou no momento certo para nossa comunidade. No ano passado, a nossa reserva Mãe Maria, nosso lar, sofreu um incêndio devastador que consumiu quase 30% da área, matando animais e destruindo castanheiras e açaizeiros. Por conta disso, este ano não tivemos castanha para coletar. Neste cenário de recuperação, estamos mapeando as áreas afetadas e o Dabucury se tornou fundamental para o nosso trabalho contínuo de preservação da floresta, da fauna, da flora e da biodiversidade local. Nós, povos indígenas, dedicamos nossas vidas à preservação do mundo de forma voluntária, muitas vezes sem o devido apoio governamental. A continuidade deste trabalho é essencial para que possamos transmitir nossa história e nossas práticas de preservação às futuras gerações. E parabéns a CESE e a Coiab por estarem fazendo esse trabalho de articulação e acompanhamento com as nossas organizações indígenas da Amazônia".

Katê Parkatêjê

Presidente e Cacique, Associação Indígena Kateiokuarê Parkatêjê



GUARDIÃO MARÓ: PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL ARAPIUN-BORARI



 **Organização:** Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA)

 **Localização:** Terra Indígena Maró, município de Santarém (PA)

 **Valor do projeto:** R\$ 250.000,00

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 80 pessoas, sendo 40 mulheres e 40 homens. Do total, 35 são jovens.

 **Rede de Parcerias:** Terra de Direitos

Histórico:

O CITA é uma organização presente em três municípios e que representa sociopoliticamente 14 povos indígenas. Tem como objetivo contribuir com a organização social, territorial, política, ambiental, cultural e econômica dos povos indígenas da região do Baixo Tapajós, bem como fortalecer a autonomia e o protagonismo desses grupos. Ao longo dos seus 23 anos de existência, a entidade tem lutado pela demarcação das terras indígenas da

região, por melhores condições de saúde e educação para a comunidade e denunciado violações de direitos.

A TI Maró, onde o projeto é realizado, se localiza no eixo do rio Maró, no município de Santarém, região do Baixo Tapajós. Com uma área de 42.373 mil hectares, a Terra Indígena é habitada por cerca de 293 indígenas dos povos Arapium e Borari. Apesar de se encontrar em processo de demarcação fundiária, a TI ainda lida com diversas ameaças,

sobretudo a partir do descaso do Estado. O racismo ambiental e os conflitos fundiários crescem de forma acelerada em decorrência do avanço de monoculturas, madeireiras, pesca comercial e exploração de minerais, o que torna ainda mais urgente a regularização do território.



Objetivo:

- Criar o Plano de Gestão da Terra Indígena Maró, tornando-o um instrumento fundamental de diálogo e conhecimento etnoterritorial interno e externo.

Principais ações:

- Encontro ampliado de sensibilização e mobilização coletiva para o PGTA;
- Diagnóstico participativo com etnomapeamento e etnozoneamento para levantar informações sobre a realidade econômica, social, ambiental, cosmológica e cultural da TI Maró;
- Oficina de apresentação do diagnóstico preliminar para validação da comunidade e planejamento do PGTA;
- Oficina de apresentação e discussão sobre os resultados do diagnóstico e pactuações finais;
- Apresentação e lançamento do PGTA junto a parceiros e convidados durante o Evento Vivência da Terra Indígena Maró.



Depoimento:

“O apoio do Projeto Dabucury é uma força que vem somar na construção do nosso Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA). Esse plano está sendo feito de forma participativa, com as lideranças e com as três aldeias da Terra Indígena Maró, porque acreditamos que cada família precisa conhecer, se envolver e se sentir parte dessa caminhada. O que esperamos não é só um documento, mas um instrumento vivo, que fortaleça nossa organização, valorize nossa memória ancestral e garanta a preservação das nossas riquezas naturais e culturais. Esse edital nos ajuda a mergulhar na nossa própria história e a reafirmar o protagonismo indígena na defesa do território. O legado que ele deixa é enorme: mais união, mais força política, mais condições de enfrentar as ameaças externas e a certeza de que estamos preparando o caminho para que as próximas gerações sigam firmes, com orgulho e segurança em sua terra”.

Anderson Tapuia
Coordenador de Projetos do CITA

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NO RIO KABITUTU - FORMAÇÃO DE AGENTES AMBIENTAIS E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO NA TERRA INDÍGENA MUNDURUKU



Organização: Associação Extrativista do Rio Kabitutu Wuyxaximã (ASERK)

Localização: Terra Indígena Munduruku, município de Jacareacanga (PA)

Valor do projeto: R\$ 250.000,00

Beneficiários: O projeto beneficia 1500 pessoas, sendo 500 mulheres adultas, 700 homens adultos e 300 jovens.

Histórico:

Fundada em 2009, a Wuyxaximã atua com 18 comunidades do rio Kabitutu, afluente do rio Tapajós. Nos últimos anos, a entidade tem focado no desenvolvimento de projetos ligados à educação, fortalecimento cultural, economia/geração de renda e fortalecimento institucional. No entanto, a TI Munduruku está localizada numa região dominada pelo garimpo, o que coloca a Terra Indígena entre as dez mais desmatadas do Brasil. Como consequência, o território enfrenta insegurança alimentar, aumento da violência, degradação ambiental, poluição das águas, assoreamento de igarapés, desmatamento e aumento de doenças decorrentes da contaminação por mercúrio e da supressão vegetal, como a malária.

Além disso, há 43 barragens hidrelétricas previstas para a bacia do Tapajós, que afetariam completamente o modo de vida da comunidade. O território ainda sofre os impactos das barragens construídas no rio Teles Pires, tanto em termos sociais e ambientais — como aumento de doenças e interferência na organização social do povo — como em termos espirituais, com a destruição de espaços sagrados para o povo Munduruku.

Objetivos:

- Fortalecer a gestão territorial na TI Munduruku por meio da formação de jovens como agentes ambientais;
- Realizar diagnóstico de áreas degradadas pelo garimpo para futuras ações de reflorestamento e gestão territorial;
- Realizar etnolevantamento de espécies florestais utilizadas na produção de artesanatos para fortalecer ações relacionadas à cadeia produtiva e geração de renda de 18 comunidades do rio Kabitutu.

Principais ações:

- Reunião de sensibilização com representantes e membros das 18 aldeias do rio Kabitutu;
- Formação de agentes ambientais indígenas Munduruku;
- Diagnóstico participativo de áreas degradadas e etnolevantamento de espécies;
- Elaboração do etnomapeamento de áreas degradadas pelo garimpo identificadas durante o diagnóstico;
- Oficina de validação do diagnóstico participativo e do etnomapeamento elaborado;
- Encontro final para avaliação e fechamento do projeto.



Depoimento:

"É com grande satisfação e responsabilidade que vemos o projeto Dabucury se concretizar. A primeira etapa, que envolveu uma reunião de sensibilização e apresentação do projeto, já nos trouxe a primeira parcela do recurso. Agora, na segunda etapa, vamos capacitar agentes ambientais de 18 comunidades, com a participação ativa de todos, incluindo lideranças, jovens e mulheres. Gerenciar esses recursos é uma experiência nova e importante para nós, pois pela primeira vez estamos à frente da execução das atividades e de todo processo de gestão. Este projeto é uma grande conquista para o povo Munduruku, uma mostra de nosso potencial e autonomia."

Reginaldo Munduruku
Presidente da ASERK



PROTEGENDO A UNIDADE TERRITORIAL MAPUERA DO TERRITÓRIO WAYAMU: AGENTES INDÍGENAS AMBIENTAIS EM AÇÃO DE PROTEÇÃO TERRITORIAL

 **Organização:** Associação dos Povos Indígenas de Trombetas-Mapuera - APITMA

 **Localização:** Terras Indígenas Trombetas-Mapuera, Nhamundá-Mapuera e Kaxuyana-Tunayana, município de Oriximiná (PA)

 **Valor do projeto:** R\$ 397.098,00

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 60 pessoas, sendo 27 mulheres e 33 homens. Do total, 35 são jovens.

 **Rede de Parcerias:** Instituto de Pesquisa e Formação Indígena - IEPÉ



Histórico:

Criada em 2008, a Associação dos Povos Indígenas do Trombetas Mapuera (APITMA) atua no acompanhamento das políticas governamentais e no fortalecimento de lutas como a demarcação de terras indígenas e garantia dos serviços de saúde e educação no seu território. A área de atuação da entidade abrange aldeias localizadas em três TIs ao longo do rio Mapuera: Trombetas-Mapuera e Nhamundá-Mapuera, já demarcadas e homologadas, e Kaxuyana-Tunayana, que está na etapa final do processo de regularização.

O território está inserido no maior corredor de biodiversidade do Brasil, e compreende Unidades de Conservação estaduais e federais no Corredor Central da Amazônia, que se conecta ao Corredor da Biodiversidade do Amapá. No entanto, ele vem sendo ameaçado por diversos empreendimentos predatórios e megaprojetos, como mineração, pesca esportiva, atuação de madeireiras e a construção de barragens e hidrelétricas.

Objetivos:

- Executar ações de proteção e vigilância no médio e baixo curso do rio Mapuera através da formação e capacitação de uma equipe de 30 Agentes Ambientais de Proteção Territorial.





- Capacitar jovens para o uso de tecnologia de aplicativos com objetivo de estimular o monitoramento e vigilância entre os jovens;;
- Realizar duas expedições para revisitar e plaquear os limites das três TIs no baixo e médio curso do rio Mapuera, entre as aldeias Tawana e Paraíso, para limpar picadas e linhas secas nos limites terrestres entre essas terras indígenas e verificar se há presença de invasores.

Principais ações:

- Oficina de capacitação em mapeamento para uso de aplicativos para jovens;
- Oficina para a formação e capacitação de equipe indígena de Agentes Ambientais de Proteção Territorial;
- Oficinas sobre temas diversos, como noções de cartografia e uso do GPS, legislação ambiental e indigenista, gestão territorial e resolução de conflitos;
- Expedições nas áreas sudeste e noroeste para fixação de placas de identificação, vigilância e limpeza do território;
- Oficinas de sistematização de dados para organizar material coletado nas expedições em mapas e cartografias indígenas. Ao final, serão impressos mapas para apresentação nas assembleias da comunidade.



Depoimento:

"Nós, da Associação dos Povos Indígenas Trombetas-Mapuera, estamos imensamente orgulhosos com as ações que já realizamos com o apoio do Dabucury. Estamos capacitando nossos vigilantes indígenas, adquirimos materiais e celulares, e estamos coletando dados importantes em campo. Os resultados são visíveis na revitalização das áreas e no apoio contínuo à demarcação e acompanhamento dos limites territoriais, especialmente de Kaxuyana-Tunayana. Esse edital foi muito importante, porque ajudou a gente a começar um trabalho que nunca tinha tido apoio antes, fortalecendo nossa autonomia. O legado será a continuidade da proteção territorial, com a construção de postos de vigilância e a aquisição de equipamentos como drones, garantindo a segurança de um território tão vasto e estruturando nossa associação para as futuras gerações."

Roque Yaxikma WaiWai
Presidente - APITMA



IPOXKA'O KA'A – RETOMADA PARAKANÃ DA TI APYTEREWA PÓS-DESINTRUSÃO



 **Organização:** Associação Indígena Tato'a (AIT)

 **Localização:** Terra Indígena Apyterewa, município de São Félix do Xingu (PA)

 **Valor do projeto:** R\$ 400.000,00

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 289 pessoas, sendo 39 mulheres e 250 homens. Do total, 30 são jovens.

 **Rede de Parcerias:** Imana Sociambiental

Histórico:

A Associação Indígena Tato'a (AIT), fundada em 2014, é a única organização representativa do Povo Parakanã, de recente-contato, que habita a TI Apyterewa. Homologada em 2007, a Terra Indígena possui 773 mil hectares e, por quatro anos consecutivos, foi considerada a mais desmatada de toda a Amazônia. A TI Apyterewa se situa entre as duas cidades que mais emitiram gases poluentes no Brasil, Altamira (PA) e São Félix do Xingu (PA), sendo também impactada pela usina hidrelétrica de Belo Monte.

Embora seja de usufruto exclusivo dos indígenas Parakanã, a TI foi por décadas objeto de um conflito fundiário com invasores, cujas práticas ilegais — como desmatamento, criação de gado e abertura de garimpos — obrigaram o Povo Parakanã a se isolar em uma parcela de apenas 20% do seu próprio território. Desde outubro de 2023, o governo federal vem executando a Operação de Desintrusão da TI Apyterewa, que consiste na retirada dos invasores do território e na garantia dos direitos territoriais da comunidade indígena. A desintrusão da TI é considerada um marco histórico na defesa dos direitos territoriais dos povos indígenas do Brasil e tem resultado na redução significativa dos índices de desmatamento no território.

Objetivos:

- Proteger, monitorar e fiscalizar o território, tanto in loco (por meio de expedições), quanto por meio remoto (acompanhamento via aplicativos e softwares de monitoramento territorial em tempo real);

- Fortalecer as cadeias dos produtos da sociodiversidade, como cacau, castanha, cumaru e demais produtos de interesse do Povo Parakanã;
- Fortalecer a independência financeira das mulheres e de seu protagonismo dentro das comunidade.
- Realizar expedições no território para monitoramento de castanhais e outros produtos da sociodiversidade;
- Confeccionar mapas a partir dos dados obtidos em atividades de campo;
- Adquirir máquinas e equipamentos para estruturação de base de apoio e escritório da associação;
- Capacitar coletores de sementes florestais nativas com ênfase no reflorestamento, dando prioridade à participação das mulheres.

Principais ações:

- Quatro expedições para mapeamento de áreas com potencial produtivo e coleta de produtos;
- Participação na COP30;
- Estruturação de base de apoio utilizada pelos indígenas durante ações de vigilância territorial;
- Oficina para capacitação de coletores de sementes florestais nativas.
- Reforma dos dois paióis existentes na TI para melhorar as condições de secagem e armazenamento dos produtos da sociobiodiversidade produzidos pelo povo Parakanã;
- Construção de estufa para secagem de amêndoas de cacau.



Depoimento:

"Nós, da Associação Tato'a, estamos muito satisfeitos com o apoio do edital Dabucury. Ele tem sido fundamental para a reocupação e o avanço em nosso território após a desintrusão. Utilizamos parte dos recursos para construir uma estufa de cacau e adquirir materiais para a sede da associação, sempre seguindo as normas do projeto com transparência e prestação de contas. Nosso maior desafio é proteger nosso vasto território, com mais de 700 mil hectares, que sofre com constante invasão. O Dabucury, ao nos fornecer apoio para a formação de agentes de bombeiro e fiscalização, além da construção de guaritas, contribui diretamente para o monitoramento e a proteção da nossa terra. Este apoio é algo que não tínhamos antes e tem mantido nosso povo satisfeito, garantindo um legado de segurança e autonomia para nossa comunidade".

Nenetinga Parakanã
Secretário da Associação Indígena Tato'a





RONDÔNIA

- TIs Amazônia Legal
- Categoria Urucum

URUCUM

TAWI - MAKARAKON ORO NAO'

Organização: Associação Indígena Santo André (AISA)

Localização: Terra Indígena Pacaas Novas, município de Guajará Mirim (RO)

Valor do projeto: R\$ 397.650,00

Beneficiários: O projeto beneficia 680 pessoas, sendo 350 mulheres e 330 homens. Do total, 450 são jovens.

Rede de Parcerias: Ação Ecológica Guaporé - ECOPORÉ



Histórico:

A Associação Indígena Santo André do povo Oro Nao' foi criada em 1997 para defender os direitos e a qualidade de vida dos Wari do território Makarakon Oro Nao'. A luta da entidade começou a gerar bons frutos a partir da elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) e etnozoneamento, que permitiram apoios para diversas iniciativas, como a formação de agentes ambientais e brigada comunitária, que foi equipada e treinada.

A TI Pacaas Novas possui uma área de 280 mil hectares e abriga 21 aldeias. No entanto, a biodiversidade do território e a segurança da





comunidade têm sido ameaçadas por conta da invasão de garimpeiros, pescadores e caçadores ilegais. Além disso, grandes empreendimentos, como a construção da Usina Hidrelétrica de Ribeirão, irão impactar diretamente o equilíbrio do território. Outro desafio cada vez maior é o enfrentamento às mudanças climáticas, já que as famílias indígenas sofrem diretamente as consequências da seca extrema dos rios e das queimadas, que destroem grandes áreas de floresta todos os anos.

Objetivos:

- Fortalecer a organização social para manter a geração de renda e a segurança alimentar das famílias;
- Criar novas oportunidades para as mulheres e os mais jovens participarem diretamente da execução do PGTA;
- Melhorar a proteção do território e do povo contra as mudanças climáticas e os grandes empreendimentos que estão por vir.

Principais ações:

- Plantões de monitoramento territorial realizado por brigada comunitária;
- Apoio na produção de roçados, como compra de ferramentas e sementes;
- Oficinas de coleta de sementes para jovens, mulheres e adultos;
- Três expedições de monitoramento territorial e ambiental.



Depoimento:

"O projeto Dabucury, para mim e para a nossa comunidade, está deixando um legado de muita experiência e muita conquista. Ele nos proporcionou conhecimento para a coleta de sementes e o reflorestamento, resultando em um grande engajamento das mulheres. É um projeto da comunidade, que contribui significativamente para a valorização da nossa cultura, da nossa luta e da autonomia do nosso povo na gestão ambiental do território. A gestão dos recursos é feita pela nossa própria organização, e isso é fundamental. Encorajo outras organizações indígenas da Amazônia Legal a se inscreverem nos próximos editais Dabucury, pois os resultados são muito positivos para o território."

Benjamim Oro Nao'
Presidente da Associação Oro Nao'



PAGÁLA ATINIE: PROTEGENDO NOSSO TERRITÓRIO



Organização: Associação Indígena Zavidjaj Djiguhr (ASSIZA)

Localização: Terra Indígena Igarapé Lourdes, município de Ji-Paraná (RO)

Valor do projeto: R\$ 399.970,00

Beneficiários: O projeto beneficia 150 pessoas, sendo 75 mulheres e 75 homens. Do total, 50 são jovens.

Rede de Parcerias: Centro de Est. da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia - RIO TERRA

Histórico:

Fundada em 2011, a Associação Indígena Zavidjaj Djiguhr (ASSIZA) é uma entidade que atua na defesa dos direitos, território, patrimônio e dos interesses materiais e imateriais do povo Gavião. Através de parcerias com instituições públicas e privadas, o coletivo tem buscado apoios para o fortalecimento institucional, proteção da TI, acesso a políticas públicas, implantação do Etnoturismo, investimentos na agricultura familiar e na estruturação da cadeia produtiva de produtos como a castanha do Brasil.

As mudanças nos padrões climáticos locais, com a alteração na intensidade e duração dos períodos chuvosos e secos, têm gerado impactos significativos na economia e subsistência das famílias indígenas da TI Igarapé Lourdes. Muitos agricultores familiares têm enfrentado perdas na sua produção, o que gera uma diminuição na quantidade de alimentos disponíveis para consumo e venda. Além disso, a ausência de monitoramento territorial, a carência de estrutura para combater queimadas e a falta de recursos para realizar investimentos fragilizam ainda mais o território, deixando as famílias à mercê de invasões, grilagem de terras e problemas ambientais.

Objetivos:

- Fortalecer a autonomia e soberania dos Povos Indígenas Gavião (Ikó-lóéhj) e Arara (Karo) e de suas respectivas associações, capacitando as comunidades para monitorar e gerenciar suas próprias terras;
- Promover empoderamento a partir do desenvolvimento de lideranças locais e de uma gestão participativa e inclusiva;
- Promover o desenvolvimento sustentável, incentivando atividades que gerem renda sem comprometer o meio ambiente;
- Fortalecer conservação ambiental, preservando a biodiversidade e os ecossistemas locais, contribuindo para a luta contra as mudanças climáticas e a degradação do meio ambiente.

Principais ações:

- Duas capacitações para estruturação de Brigada de Incêndio;
- Campanha de sensibilização em relação às queimadas;
- Monitoramento direto e indireto da TI para garantir a proteção e a sustentabilidade do território e das comunidades;
- Construção de Plano de Proteção Territorial e Monitoramento, com continuidade e sustentabilidade dos métodos de monitoramento.



Depoimento:

"O apoio do Dabucury foi fundamental para que a ASSIZA e as comunidades Ikólóéhj (Gavião) e Karo (Arara) pudessem estruturar suas estratégias de proteção territorial e fortalecimento da governança. Sem esses recursos financeiros e técnicos, seria impossível formar brigadas indígenas, adquirir equipamentos e garantir a capacitação dos nossos guardiões da floresta. O projeto também tem ampliado nossa articulação institucional. Com o apoio da RIOTERRA e a parceria do CBM/RO, conseguimos integrar saberes tradicionais com tecnologias de monitoramento e gestão, fortalecendo nossa capacidade de enfrentar ameaças externas como invasões, mineração e grandes empreendimentos. O maior legado do Dabucury é a autonomia das comunidades. Mais do que equipamentos, estamos construindo conhecimento, liderança e governança que permanecerão vivos mesmo após o fim do financiamento. É essa força que garante que nós, povos indígenas, sejamos protagonistas na defesa do nosso território e da biodiversidade".

Josias Cebirop da Silva
Articulador Institucional





RORAIMA

- TIs Amazônia Legal
- Categoria Urucum

URUCUM

TÊTKO: A CASTANHA PROTEGENDO NOSSA TERRA

Organização: Associação dos Povos Indígenas Waiwái Xaary - APIWX

Localização: Terra Indígena WaiWái, município de São João da Baliza (RR)

Valor do projeto: R\$ 399.997,46

Beneficiários: O projeto beneficia 90 pessoas, sendo 49 mulheres e 51 homens. Do total, 15 são jovens.

Rede de Parcerias: Fundação Ajuri de Apoio ao Desenvolvimento – Universidade Federal de Roraima



Histórico:

A Associação dos Povos Indígenas Waiwái Xaary (APIWX) tem a missão de contribuir com o fortalecimento da TI dos povos indígenas Waiwái, localizada no sul de Roraima. A entidade tem atuado sobretudo no desenvolvimento de projetos e na participação em iniciativas que fortalecem a produção de alimentos sustentáveis no território, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Dentre as atividades produtivas das famílias, destacam-se a produção de farinha, banana, e, principalmente, a coleta de castanha. Os castanhais





utilizados pelos povos Waiwái ficam espalhados no território, principalmente ao sul e a noroeste, regiões onde costumam ocorrer as invasões por não indígenas. Além das invasões, a Terra Indígena também sofre com os impactos do desmatamento, que se intensificou a partir da abertura da BR-210 perimetral norte, da BR-174 e com a implantação de estradas vicinais, que vão até os limites dos territórios indígenas.

Apesar das ameaças constantes e invasões de madeireiros, colonos, caçadores e garimpeiros, dados sobre o desmatamento na região apontam que os territórios indígenas são os únicos que permanecem com as áreas florestais conservadas, expressando o compromisso das famílias em preservar o meio ambiente

Objetivos:

- Fortalecer a produção da castanha, que irá garantir a segurança alimentar e geração de renda da população indígena Waiwái;
- Fortalecer a organização indígena.

Principais ações:

- Apoio na construção de galpão de castanha para fortalecer a produção;
- Aquisição de equipamentos para estruturar o processo de beneficiamento da Castanha do Brasil;
- Visita técnica na cidade de Altamira (PA) para fortalecer a adoção de boas práticas na produção da castanha;
- Duas assembleias anuais de monitoramento e planejamento do projeto;
- Evento de encerramento do projeto aliado com encontro da safra da castanha.



Depoimento:

“Esta é a primeira vez que a nossa organização foi contemplada com um recurso mais alto comparado a outros projetos que já executamos no nosso território. O apoio do Dabucury está nos ajudando com a reforma do nosso galpão do beneficiamento de castanha que está localizado na comunidade Xaary. Apesar dos atrasos causados pelo inverno e pelas dificuldades de logística, conseguimos avançar e iniciar a obra. Esse apoio representa muito mais do que uma construção, ele valoriza a nossa luta, fortalece nossa autonomia e garante condições para que nós mesmos possamos administrar a nossa usina de castanha, que é a principal fonte de renda do povo Wai Wai. Então esse projeto deixa um legado de aprendizado e gestão, mostrando que somos capazes de conduzir nossos próprios projetos e assegurar o desenvolvimento sustentável da nossa comunidade e a proteção do nosso território”.

Raulinho Wai Wai Noro
Membro da coordenação APIWX



TOCANTINS



- Tis Amazônia Legal
- Limites Amazônia Legal
- Categoria Jenipapo

JENIPAPÓ

DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO KRAHÔ-KANELA - IROMCATI - MATA GRANDE



Organização: Associação do Povo indígena Krahô-Kanela - APOINKK

Localização: Terra Indígena Krahô-Kanela, município de Lagoa da Confusão (TO)

Valor do projeto: R\$ 250.000,00

Beneficiários: O projeto beneficia 75 pessoas, sendo 35 mulheres e 40 homens. Do total, 30 são jovens.

Rede de Parcerias: Instituto Terra, Direitos e Cidadania - ITDC

Histórico:

A Associação do Povo Indígena Krahô-Kanela (APOINKK) foi criada com o objetivo de defender os direitos indígenas e sociais do povo Krahô-Kanela nas áreas de saúde, educação, cultura, meio ambiente e sustentabilidade. A entidade já realizou trabalhos voltados à valorização cultural, vigilância e proteção do território, combate aos incêndios florestais, incentivo às roças tradicionais e incidência política para demarcação do território. Dentre as conquistas para a comunidade Krahô-Kanela, destacam-se a construção de base



de vigilância, desenvolvimento de viveiro de mudas, instalação e construção de escola, plantio das roças tradicionais e coleta de sementes do Cerrado.

Apesar de bem conservada, a cada ano a TI Krahô-Kanela vem sofrendo mais com as queimadas e invasão de pescadores, madeireiros e caçadores que entram no território. Atualmente, a terra indígena está rodeada pelo agronegócio, que retira água dos rios para plantações de soja e arroz e melancia, causando seca e envenenamento das águas por agrotóxicos. Além disso, o arrendamento de pastagem para gado feito por fazendeiros dentro do território indígena, além de ser uma prática ilegal, vem causando diversos prejuízos ambientais e sociais.

Objetivos:

- Contribuir para que a comunidade proteja o território de forma permanente, sobretudo as áreas mais vulneráveis e estratégicas para a manutenção e preservação da cultura e tradição indígena;
- Fortalecer a proteção do território indígena Krahô-Kanela de invasores externos que destroem a floresta, de modo que o território continue sendo fonte de sustentabilidade e Bem Viver para o povo, com soberania alimentar e direitos garantidos para as presentes e futuras gerações;
- Potencializar a resistência frente às investidas do agronegócio, fortalecendo a luta na defesa dos direitos e territórios;
- Ampliar o envolvimento da comunidade, da escola, dos brigadistas e dos membros da APOINKK, que ajudarão no processo de levantamentos de dados para construção do diagnóstico.

Principais ações:

- Oficina de apresentação e planejamento do projeto ao povo Krahô-Kanela;
- Quatro viagens/expedições no interior da TI Krahô-Kanela para diagnóstico dos territórios com maior vulnerabilidade e de maior incidência de pescadores e caçadores ilegais;
- Três palestras nas aldeias Catãmjê e Lankraré sobre educação ambiental para sensibilizar a comunidade sobre proteção do território e recolher contribuições para o diagnóstico participativo;



- Quatro ações de proteção, prevenção e combate ao fogo na terra indígena;
- Reunião de apresentação do diagnóstico participativo para aprovação da comunidade;
- Elaboração, lançamento e entrega da cartilha do Diagnóstico Participativo do território Krahô-Kanela.



Depoimento:

"Como presidente da Associação do Povo Indígena Krahô-Kanela e Cacique da Aldeia Katamier, tive a honra de apresentar o projeto de diagnóstico da Terra Indígena Krahô-Kanela e Iromikaty. Nosso trabalho, apoiado pelo Dabucury, está focado em ações importantes de vigilância, combate e proteção contra o fogo, além de oficinas de formação educativa. Com o apoio de brigadistas voluntários, realizamos atividades para diagnosticar a situação do território em relação às queimadas. Os resultados já podem ser vistos e nos enchem de orgulho: testemunhamos o fortalecimento da nossa comunidade, um aumento significativo na visibilidade do trabalho indígena e uma diminuição na entrada de caçadores e pescadores, o que levou ao crescimento de peixes em nossos lagos. O envolvimento e protagonismo dos jovens são um legado fundamental, pois eles são o futuro do nosso povo. Acima de tudo, o projeto despertou uma maior conscientização sobre a importância de cuidar do território para as futuras gerações e fortaleceu o protagonismo da organização indígena, incluindo mulheres e jovens, na gestão ambiental. Minha mensagem às novas organizações é clara: persistam diante da burocracia, não desistam de seus projetos e lutem com coragem pelo nosso povo e pelo território"

Wagner Katamy Krahô-Kanela
Presidente da APOINKK e Cacique da Aldeia Katamier



FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DAS TERRAS INDÍGENAS JAVAÉ



 **Organização:** Instituto de Caciques e Povos indígenas da Ilha do Bananal (ICAPIB)

 **Localização:** Terra Indígena Parque Indígena Araguaia - Ilha do Bananal, municípios de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pium e Sandolândia (TO)

 **Valor do projeto:** R\$ 250.000,00

 **Beneficiários:** O projeto beneficia 160 pessoas, sendo 80 mulheres e 80 homens. Do total, 48 são jovens.

 **Rede de Parcerias:** Seis Pétalas - Ltda.

Histórico:

O Instituto dos Caciques e Povos Indígenas da Ilha do Bananal (ICAPIB) nasceu em 2020 em Formoso do Araguaia a partir de uma mobilização liderada pelo cacique Micael Weheria Javaé, da Aldeia Boa Esperança, que, acompanhado por 15 outros caciques, foi a Brasília (DF) reivindicar uma nova organização que representasse os interesses do povo Javaé. Representando 14 das 19 aldeias Javaé na Ilha do Bananal, o ICAPIB tem se dedicado a defender os direitos indígenas a partir da atuação junto à esfera pública e no fortalecimento da visibilidade midiática de seu povo.

A cultura dos Javaés é profundamente conectada à natureza e está enraizada em práticas tradicionais, como a pesca, a agricultura e o artesanato, que refletem sua harmonia com o meio ambiente e o conhecimento vasto que possuem da flora e fauna locais. No entanto, a TI Parque Indígena Araguaia e seus habitantes enfrentam crescentes ameaças ambientais e pressões externas. Nos últimos anos, tem havido um aumento expressivo de focos de incêndios dentro da Ilha do Bananal e em seu entorno, o que ameaça diretamente os recursos naturais essenciais para os Javaés e os outros povos. O bombeamento de água do Rio Javaé para projetos agrícolas na região também agrava a situação, especialmente considerando a seca cada vez mais severa que afeta o território. Esses fatores têm um impacto profundo na segurança hídrica e na sustentabilidade das práticas tradicionais dos Javaés, que dependem da integridade dos rios e das florestas locais.

Objetivos:

- Elaborar o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Javaé por meio de um processo participativo, intercultural e inclusivo, que integre as demandas, conhecimentos tradicionais e aspirações das comunidades Javaé;
- A partir do PGTA, promover a sustentabilidade socioambiental, o fortalecimento da governança indígena e a preservação dos recursos naturais e culturais da TI.

Principais ações:

- Reuniões de sensibilização e mobilização envolvendo as 14 aldeias Javaé vinculados ao ICAPIB para envolvimento na elaboração do PGTA;
- Levantamento de dados ambientais, sociais e econômicos do território a partir de diagnóstico participativo e etnomapeamento;
- Planejamento de ações e projetos a partir das questões identificadas no diagnóstico;
- Realização de Oficinas de Capacitação dos representantes indígenas e demais atores locais envolvidos para elaboração do PGTA;
- Assembleia de apresentação do PGTA à comunidade e órgãos públicos.



Depoimento:

“O apoio do edital Dabucury está sendo importante para nossa organização. Com os recursos conseguimos comprar equipamentos como carretinha e canoa, e realizar a formação de uma brigada voluntária para o nosso território. Também estamos trabalhando na construção do PGTA (Plano de Gestão Territorial e Ambiental), que consideramos muito importante para garantir a proteção e governança do nosso território”.

Manoel Manakukari Javaé
Coordenador de Projeto do ICAPIB





JUVENTUDE INDÍGENA: COMUNICAÇÃO QUE PROTEGE

Entre os componentes do projeto Dabucury está a comunicação estratégica. As atividades desenvolvidas compreendem desde a gestão dos projetos até a incidência política através das redes sociais, da comunicação visual e dos diversos produtos de comunicação

A comunicação do projeto Dabucury, além de garantir a transparência das ações realizadas e os resultados obtidos durante a execução do projeto (2024-2028) busca demonstrar, através de textos, ilustrações, fotos e vídeos, a identidade dos povos que habitam o território amazônico.

Foi produzida uma identidade visual do projeto que valoriza a cultura dos povos amazônicos. Essa identidade foi inspirada nos elementos culturais e da fauna e flora dos territórios e também em elementos que expressam a luta por direitos desses povos, elementos utilizados ao longo dessa publicação.

Além da identidade visual do projeto, as oficinas e os seminários realizados foram registrados através de desenhos digitalizados (facilitação gráfica), reportando, através de ilustrações, as falas das pessoas que participaram das atividades.

DABUCURY

Oficina da Rede de Jovens Comunicadores e Comunicadoras Indígenas da Colab

ACI é um aplicativo pra colocar na mão do parente as principais informações do território!

Utilização de geotecnologias! para monitoramento e proteção dos territórios

Fortalece a luta e a defesa do nosso território!

Autogeoreferenciamento

Mapeamento feito por nós mesmos!

POTENCIALIDADES & VULNERABILIDADES

dos Territórios



Realização



Apoio



Facilitação Gráfica por Mila Maia

@milammaia @culturaintegrativa

DABUCURY

Oficina da Rede de Jovens Comunicadores e Comunicadoras Indígenas da Colab

A COMUNICAÇÃO INDÍGENA



Adornos, grafismos, cantos, danças... todas as expressões culturais são formas de se comunicar!

O COMUNICADOR E A COMUNICADORA INDÍGENA



COMUNICAÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL



ENDEREÇO ELETRÔNICO DO PROJETO

Hospedada no endereço www.dabucury.org.br, a página é um canal de comunicação e transparência do projeto, onde as notícias relacionadas às coberturas e ações do Dabucury são sistematicamente registradas pela equipe de comunicação do projeto e pelos/as comunicadores/as da Rede de Comunicadores da Coiab, frequentemente contratada para prestação de serviços nos territórios.



Além dos textos das notícias, a página também possui diversos vídeos, produzidos com o conteúdo das oficinas virtuais.

A distribuição do material audiovisual produzido se dá entre os grupos de WhatsApp dos projetos, da Rede de Comunicadores/as da COIAB e através das redes sociais da CESE (@cesedireitos) e COIAB (@coiabamazonia) e, quando pertinente, da APIB (@apiboficial).



GUIA E WEB SÉRIE DE GESTÃO DE PROJETOS

Entre os materiais produzidos estão o **Guia de Gestão de Projetos** e uma **websérie animada** para orientar organizações indígenas sobre planejamento, execução e prestação de contas de projetos comunitários. Tanto o guia como a websérie estão disponibilizados na página do projeto e abordam a organização de atividades, compras, pagamentos, comunicação de resultados e documentação legal, fortalecendo a autonomia e credibilidade das organizações frente à sociedade e parceiros.

ACESSE A SÉRIE



WEBSÉRIE "GESTÃO DE PROJETOS DABUCURY"
EP 1 – NOSSA ORGANIZAÇÃO FOI APROVADA
NO EDITAL DABUCURY. E AGORA?



WEBSÉRIE "GESTÃO DE PROJETOS DABUCURY"
EP 2 – BOTANDO A MÃO NA MASSA



WEBSÉRIE "GESTÃO DE PROJETOS DABUCURY"
EP 3 – PRESTAÇÃO DE CONTAS

ACESSE A PUBLICAÇÃO



OFICINAS DE COMUNICAÇÃO

As primeiras atividades do projeto envolveram a Rede de Jovens Comunicadores da Coiab. Cerca de 35 jovens comunicadores e comunicadoras indígenas participaram de um ciclo de oficinas virtuais. Entre os temas estiveram Produção Textual (Tarisson Nawa), Comunicação em Redes Sociais (Ariene Susui) e Design (Cristian Wari'u), com o objetivo de fomentar a comunicação em rede e compartilhar saberes entre os participantes de diferentes povos da Amazônia Legal.

ACESSE AS
OFICINAS



“Vivemos em um mundo cada vez mais digital e conectado, onde é crucial saber comunicar eficazmente e criar conteúdo visualmente atraente. As oficinas não apenas aprimoraram nossas habilidades, mas também nos prepararam para os desafios e oportunidades no mundo da comunicação”

Hadori Karajá, da Aldeia JK,
na Terra Indígena Parque Araguaia,
no estado do Tocantins



Oficinas da Rede de Jovens Comunicadores e Comunicadoras Indígenas da COIAB	Oficinas da Rede de Jovens Comunicadores e Comunicadoras Indígenas da COIAB	Oficinas da Rede de Jovens Comunicadores e Comunicadoras Indígenas da COIAB
Com Ariene Susui Redes Sociais	Com Cristian Wari'u Design no Canva	Com Tarisson Nawa Produção Textual
27 de março • 16h (Brasília) • 15h (Amazonas) • 14h (Acre) Na Plataforma Zoom	04 de abril • 16h (Brasília) • 15h (Amazonas) • 14h (Acre) Na Plataforma Zoom	03 de abril • 10h (Brasília) • 09h (Amazonas) • 08h (Acre) Na Plataforma Zoom
		
Realização:  	Realização:  	Realização:  

As oficinas também serviram para valorizar profissionais indígenas da área de comunicação e preparar 25 participantes para a etapa presencial, realizada em Brasília, às vésperas da 20ª edição do **Acampamento Terra Livre**, ampliando habilidades e redes de contato.



As formações virtuais funcionaram como preparação para a oficina realizada nos dias 20 e 21 de abril de 2024, em Brasília (DF), que contou com a participação de 25 jovens indígenas de diferentes povos da Amazônia, entre eles Xavante, Gavião Parkatêjê, Guajajara, Matis, Iny/Karajá, Wapichana, Macuxi, Ticuna, Apurinã, Taurepang, Akroá Gamella, Javaé, Wayoró, Xerente, Kyjihatejê e Rikbaktsa.

O encontro promoveu um espaço de diálogo sobre estratégias de resistência, práticas culturais e os principais desafios enfrentados nos territórios indígenas.

Durante as atividades, foram desenvolvidos módulos de formação em áreas como cobertura de eventos, autogeorreferenciamento, comunicação e gestão territorial, além de orientações específicas sobre a formalização como Microempreendedor Individual (MEI) voltadas a jovens profissionais da comunicação. As oficinas foram conduzidas por especialistas e coordenadores da rede, articulando teoria e prática em prol da autonomia comunicacional.

O objetivo central foi capacitar os jovens comunicadores para utilizarem a comunicação como uma ferramenta estratégica, ampliando a visibilidade das iniciativas indígenas, fortalecendo identidades culturais e contribuindo para a defesa dos direitos territoriais de seus povos.



“Essas formações contribuem para o aperfeiçoamento das técnicas de comunicação, fortalecendo a comunicação nos territórios indígenas e nas organizações de base da Coiab.”

Kaianaku Kamaiurá (ao centro),
coordenadora da Rede de
Comunicadores(as) Indígenas da COIAB



“Essa atividade é crucial no fortalecimento das organizações indígenas como um todo e possibilita a defesa dos nossos povos e territórios. Uma organização forte é uma organização que tem base. A comunicação se torna esse elemento de sustentação.”

Eliomar Sarmento, do povo Tukano, coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas da Amazônia (APIAM)

“A oficina de comunicação foi um momento importante para fortalecer os jovens e suas redes. A comunicação tem sido uma ferramenta essencial para gerir e proteger os territórios, registrar suas potencialidades e valorizar as culturas indígenas. Integrada à política da PNGATI, essa iniciativa se torna uma estratégia concreta de resistência e proteção dos territórios apoiados pelo projeto Dabucury.”

Tífane Araújo Baré - Assessora de Projetos e Formação da CESE



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta publicação foi elaborada com o objetivo de apresentar uma síntese das ações que foram desenvolvidas entre janeiro de 2024 a outubro de 2025.

O 1º edital do Dabucury, apoiou 28 Organizações Indígenas dos nove estados da Amazônia Indígena Brasileira, num total de R\$ 9.238.000, estes projetos estão beneficiando aproximadamente 8.800 indígenas, abrangendo 44 terras indígenas e contribuindo para a proteção territorial e a gestão ambiental de 40 milhões de hectares de floresta, através de ações voltadas para a implementação e elaboração de PGTAs.

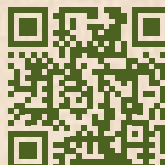
Lançamos o 2º edital entre julho e agosto de 2025, recebemos 55 propostas e temos a previsão de apoiar em 2026, até 30 novas organizações indígenas.

Seguiremos agora no acompanhamento da execução dos projetos em permanente diálogo com as Organizações Indígenas e a Rede de Parcerias, promovendo formações de boas práticas de gestão, comunicação, gênero, intercâmbios e seminários.

Acreditamos que o apoio dado a estas Organizações Indígenas irá fortalecer sua maturidade institucional de gestão de projetos e contribuir para a implementação da PNGATI em seus territórios.



DABUCURY.ORG.BR



@CESEDIREITOS



@COIABAMAZONIA

LISTA DE SIGNIFICADOS

- **AMAAIAC** - Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre
- **Awatac** - Associação Wajãpi Terra Ambiente e Cultura
- **CCPIO** - Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque
- **KAPI** - Associação dos KAPI e das Lideranças Tradicionais Sateré-Mawé do Rio Andirá
- **APITEM** - Associação do Povo Indígena Tenharim Morõgitá
- **ASDEC** - Associação de Desenvolvimento Comunitário do povo Marubo do alto rio Curuçá
- **AMIARN** - Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro
- **IRPY** - Instituto Runyn Pupykary Yawanawá
- **OLIMCV** - Organização de Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea
- **OPIAM** - Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira
- **GUERREIRAS** - Guerreiras da Floresta da Terra Indígena Caru
- **YRYKAW** - Associação Comunitária Indígena Y'rykaw
- **MITUIRÁ** - Associação Comunitária Indígena Mituira
- **Deridu** - Instituto Deridu
- **HAIPUKU** - Associação Haipuku da Comunidade Indígena Bakalana
- **RAONI** - Instituto Raoni

- **Thutalinansu** - Associação Thutalinansu
- **IAKIÔ** - Associação Iakiô
- **AIKP** - Associação Indígena Kateiokuarê Parkatêjê
- **CITA** - Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns
- **ASERK** - Associação Extrativista do Rio Kabitutu Wuyxaximã
- **APITMA** - Associação dos Povos Indígenas de Trombetas-Mapuera
- **AIT** - Associação Indígena Tato'a
- **AISA** - Associação Indígena Santo André
- **ASSIZA** - Associação Indígena Zavidjaj Djiguhr
- **APIWX** - Associação dos Povos Indígenas Wai Wai Xaary
- **APOINKK** - Associação do Povo indígena Krahô-Kanela
- **ICAPIB** - Instituto de Caciques e Povos indígenas da Ilha do Bananal
- **CESE** - Coordenadoria Ecumênica de Serviço
- **Coiab** - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- **FAM** - Fundo Amazônia
- **BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- **PNGATI** - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
- **IGATI** - Instrumento de Gestão Ambiental e Territorial Indígena
- **TI** - Terra Indígena
- **PGTA** - Plano de Gestão Territorial e Ambiental



Realização



APRO: TIKKA, TIKKAU, UPAU
UPAU, UPONAU, UPIT
UPIT, UPONAU, UPEN
UPONAU, UPEN, UPONAU

Apoio

**FUNDO
AMAZONIA**